



A LUTA PELA TERRA E NA TERRA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS/GO: participação e protagonismo das mulheres (2021/2022)

Karen Daniele Alves de Camargo (IC)^{1*}, Murilo Mendonça Oliveira de Souza (PQ)

1. Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Cora Coralina – Sede. Rua Deusdeth Ferreira de Moura, s/n. Centro. CEP 76.600-000, Goiás/GO. E-mail: karencamargo6008@gmail.com

Resumo: A luta pela terra no território brasileiro é uma luta histórica, não se resume à estruturação dos movimentos sociais das últimas décadas. As diversas lutas, nesse contexto, tiveram participação efetiva e protagonista das mulheres, embora tenham, muitas vezes, sido esquecidas na história oficial. Com isso, esta pesquisa teve como objetivo geral levantar e sistematizar informações teóricas, dados de fontes secundárias e primárias sobre a participação das mulheres na luta pela terra e na terra no município de Goiás. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada a partir do levantamento e sistematização de dados secundários e com pesquisa direta em área selecionada. Os resultados, de forma geral, indicam que a participação das mulheres foi central no processo de luta pela terra, assim como tem sido, nas últimas décadas, na organização social, política e econômica nos assentamentos rurais do município de Goiás.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismo. Assentamentos. Luta pelo território.

Introdução

A mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de luta, desde a luta dos povos indígenas pelo seu território, a luta dos escravos contra escravidão, elas sempre fizeram parte do processo em todas as suas fases, mas foram excluídas da história contada por vozes do sexismo e patriarcado. Considerando esse contexto, essa pesquisa teve como objetivo geral levantar e sistematizar informações teóricas, dados de fontes secundárias e primárias sobre a participação das mulheres na luta pela terra e na terra no município de Goiás. Especificamente, tivemos como objetivos: cartografar as experiências produtivas das mulheres camponesas nos assentamentos rurais do município de Goiás; entender a atuação das mulheres, em uma perspectiva de gênero e de classe social, na luta pela terra e na terra no município de Goiás; construir um banco de informações sobre a atuação política, social e produtiva das mulheres camponesas no município de Goiás.

O foco do estudo foi direcionado, em especial, para o assentamento Mosquito, primeiro assentamento consolidado no município de Goiás, em 1986, que congrega 43 famílias assentadas. Este território nos permitiu entender de forma mais direta



como ocorreu a participação das mulheres na luta pela terra e na terra no município de Goiás. A seguir apresentamos os caminhos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

Metodologia

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, além dos estudos teóricos englobando diversas temáticas centrais ou paralelas, esteve focada no levantamento e organização de informações de fontes secundárias e na pesquisa participante no assentamento rural Mosquito, no município de Goiás. No caso das fontes secundárias, entre outros, utilizamos informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, no assentamento, considerando que parte da pesquisa foi realizada em contexto de Pandemia, realizamos encontros pontuais com algumas mulheres assentadas, buscando acessar informações que pudessem contribuir com a construção e análise sobre a participação das mulheres na luta pela terra e na terra no município de Goiás.

Resultados e Discussão

Historicamente, as mulheres foram parte dos processos de luta e resistência, por direito, igualdade, pelo fim da exploração e a discriminação. Mulheres negras e indígenas que lutaram e resistiram a exploração e escravidão da colonização, resistiram mantendo vivas suas culturas, idiomas, formas de vidas, resistindo ao colonialismo, capitalismo e ao patriarcado, assim como a todas as formas de violências e racismo sofrida por elas (PULGA et al., 2018).

As mulheres indígenas e negras lutaram contra a escravidão, a dominação e a exploração da colonização que foram submetidas, e teceram múltiplas formas de resistência, mantendo vivas suas culturas, seus idiomas, seus saberes e as formas de vida de seus povos, lutando contra o colonialismo, o patriarcado, o capitalismo, o racismo e todas as formas de violência que foram cometidas contra elas (PULGA et. al, 2018, p. 178).



Ao decorrer dos fatos as mulheres não tiveram o mesmo triunfo em seus enredos como os homens, mas elas constantemente lutam pelo direito a terra e ao território. Mesmo atuando em todo e qualquer ambiente, muitas mulheres ainda se definem e são definidas como inferiores aos homens.

A força desta ideologia da "inferioridade" da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza". Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua "inferioridade", que se assumem como seres inferiores aos homens (SAFFIOTI, 1987, p.12).

No caso da luta pela terra e na terra, as décadas de 1970 e 1980, especificamente, marcam a luta das mulheres como figuras atuantes na luta pela terra, onde trabalhadoras e camponesas começam a participar de movimentos organizados pelos partidos dos trabalhadores rurais e orientada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse período ocorreu também a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a intensificação da participação das mulheres na reivindicação pelo direito à terra. Segundo Butto e Hora (2008), os movimentos feministas dos anos 1980 lutaram e conquistaram os direitos das mulheres rurais à terra, com a inclusão do artigo 189 da constituição federal, garantindo a titulação da terra no nome das mulheres e dos homens independentemente do estado civil.

No município de Goiás, que atualmente conta com 24 assentamentos rurais, a luta das mulheres também foi essencial para todo o processo de conquista da terra e, atualmente para a luta que continua na vida produtiva. A pesquisa realizada, mais especificamente, no assentamento Mosquito, mostrou de forma geral o protagonismo das mulheres na luta pela terra. De acordo com relato de moradora do assentamento Mosquito, entrevistada durante trabalho de campo:

Foi uma luta muito grande, a participação das mulheres foi muito bom porque tinha várias mulheres guerreira que participavam da luta né, sempre estavam presente nas reunião nas ocupações na luta pela terra... a gente via a garra que as mulheres tinha a determinação de chegar um dia e pegar um pedaço de terra pra cuidar dos filhos (Informação Verbal, Ester - Moradora Assentamento Mosquito, 2022).

Como vemos, a participação das mulheres na luta pela terra foi integral, participando amplamente das discussões e deliberações políticas sobre o processo de conquista do território.



Considerações Finais

A luta das mulheres pela terra e na terra, como podemos entender na realização desta pesquisa foi, historicamente, invisibilizada. Somente nos últimos anos esse processo começou a ser, muito lentamente, transformado. O trabalho, no entanto, mostrou que a participação das mulheres na luta pela terra no município de Goiás foi basilar para que a conquista acontecesse e, depois disso, já na terra, as mulheres têm sido protagonistas para a permanência na terra. Espera-se que este trabalho possa contribuir para construção de políticas públicas para as mulheres camponesas, compreender a importância dessas mulheres, garantindo sua autonomia e direito à terra e ao trabalho independente, fortalecendo temas como gênero e feminismo e a atuação feminina.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as mulheres que tem contribuído com essa pesquisa e a toda comunidade do assentamento Mosquito.

Referências

CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês; CALAÇA, Michela; PULGA, Vanderléia Laodete (Orgs.). **Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo Saúde e autonomia**. Porto Alegre (RS): Rede UNIDA, 2018. 269p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho** - São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polemica).

LOPEZ, Adriana; BUTTO, Andrea. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. NEAD DEBATE. Brasília (DF): MDA, 2008.



REALIZAÇÃO



REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez ao desenvolvimento das questões étnico-raciais na Educação Geográfica

Fabiana de Souza Oliveira^{1*} (IC), Lorena Francisco de Souza² (PQ)

F95460028@gmail.com, lorena.souza@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás – UnU Porangatu

Universidade Estadual de Goiás – UnU Itapuranga

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de abordar o contexto de aprovação da Lei nº 10.639/03 como ponto de partida para a leitura de Lélia Gonzalez no ensino de Geografia. Apresenta-se a trajetória da autora e conceitos apresentados por ela, como a democracia racial, a amefricanidade, o racismo, o sexismo e demais formas de opressão que assolam a população negra. Tendo por base as diferenças raciais, a necessidade de um contexto de superação e formação antirracista, as escolas têm um crucial papel nesta tarefa, a partir do trabalho pedagógico nas disciplinas escolares como a Geografia, História, Filosofia e Sociologia. A metodologia adotada foi o levantamento bibliográfico e leitura de documento como a BNCC. Compreende-se a urgência da discussão racial no currículo de Geografia, bem como as possibilidades de estudos sobre uma intelectual negra como Lélia Gonzalez no ensino básico.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. Lei 10.639/03. Racismo. Antirracismo. Ensino de Geografia.

Introdução

Este trabalho tem a intenção de apresentar as contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para as Ciências Humanas, dando especial atenção à Geografia e



pode ser importante agente para direcionar um ensino das relações étnico-raciais e de gênero numa dimensão espacial. A BNCC para o Ensino Médio (2017) reforça que as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ampliam e aprofundam aprendizagens essenciais por meio de um princípio ético, sendo este essencial para a vida em sociedade calcada nos princípios da justiça e da solidariedade, a partir do “reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos” (2017, p.547). Para o Ensino Fundamental a BNCC (2017) reforça a necessidade de que indivíduos compreendam o seu viver no mundo e sua experiência como ser social, onde a Geografia é basilar para formação de noções de temporalidade, espacialidade e diversidade.

O ensino das relações étnico-raciais chama a atenção para a desigualdade marcada pelo racismo, e problematiza a realidade vivenciada pela população brasileira. Além disso tem o desafio de situar a história da África e dos africanos/as na formação social brasileira, reforçando os vínculos socioculturais dos/as brasileiros/as com África. Concorde-se com Gomes (2002) no argumento de que para o rompimento desse processo de exclusão na escola é importante que sejam construídos novos materiais didáticos, novas práticas pedagógicas, diálogo com as comunidades negras e movimentos sociais, e cabe às disciplinas escolares firmarem um compromisso com a superação da discriminação e a consolidação de uma pauta antirracista nos conteúdos e temas de cada disciplina.

Material e Métodos

Tratando-se de uma investigação substancialmente teórica, que tem na



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



centralidade a leitura e a escrita, exige-se de imediato a imersão na filosofia da linguagem. Após a definição da metodologia de leitura, ler-se-á os textos selecionados de Lélia Gonzalez e seus interlocutores, considerando o ensino de Geografia como base para a formação de um pensamento geográfico e a possibilidade de inserção de estudos desta intelectual negra na Geografia. Também foram considerados a leitura documental da BNCC.

Resultados e Discussão

O ponto de partida e análise se dá pela Geografia, uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço e suas transformações provenientes da relação sociedade e natureza. Ao considerar um objetivo clássico para a Geografia, preocupa-se com a maneira como essa ciência compreende as espacialidades dos sujeitos e suas diferenças e consegue ler as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais vivenciadas pelos grupos sociais a partir de sua história e posição no mundo.

A implementação da Lei 10.639/03 trouxe possibilidades teórico-metodológicas no ensino das Ciências Humanas, sobretudo para a História, ao considerar como política pública a inserção da história dos negros e das negras na constituição socioterritorial do Brasil. Trata-se de ressaltar a existência da população negra na formação do Brasil para além das contribuições culturais, tão reforçadas pelo senso comum e pela sociedade marcada pelo racismo. Portanto, o desafio é inserir a história de luta e resistência dos negros e negras neste país, a marginalização socioespacial vivenciada pela população negra, a história colonialista que relegou a esta população a vulnerabilidade social e a pouca representatividade em espaços de poder. Nos conteúdos escolares, essa discussão precisa ser



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



sustentada sob os moldes da Lei 10.639/03 em que seja possível ressaltar a contribuição negra na construção sociocultural brasileira; a luta e resistência de homens e mulheres negros para garantir o acesso a uma existência digna.

Ensinar Geografia é muito mais que transmitir um conhecimento de uma ciência específica, pois pode proporcionar uma formação conceitual e prática para um pensamento espacial e geográfico, constituído de realidades marcadas pela desigualdade racial e social. Estudar as relações raciais em sua especialidade é aproveitar a potência da ciência geográfica em suas categorias de análise numa leitura de mundo e de sociedade.

Nesse sentido, deve-se mencionar a importante trajetória de Lélia Gonzalez na luta pela igualdade social e de gênero, a qual teve uma infância difícil por ser pertencente a uma família pobre e que sofria com as marcas do racismo já na escolinha primária, onde cresceu mergulhada na teoria do branqueamento. Ainda se faz crucial o papel da Lei N° 10.639/03 por assegurar um estudo da África como forma de conscientização na formação social brasileira, para haver um posicionamento contra a exclusão elaboradas pelo racismo.

Considerações Finais

Conclui-se assim, que o estudo sobre o continente africano e as relações raciais no Brasil soam desafio ao combate à discriminação e ao racismo, reforçada pela responsabilidade da escola e sua preocupação com a formação das identidades e referenciais positivos de ser negro/a junto aos/as alunos/as.

Agradecimentos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Quero aqui agradecer a UEG pela excelente oportunidade que recebi de ser bolsista PIBIC e por participar do CEPE, a professora Lorena Francisco por ser minha orientadora e coautora nesse projeto me ajudando muito, e agradecer também a todos envolvidos para que tudo ocorresse bem.

Referências

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogo**. Rio de Janeiro: Zahar.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

REGO, Nelson. COSTELA, Roselane Zordan. **Educação geografia e ensino de Geografia, distinções e relações em busca se estranhamentos**. Signos Geográficos. Goiânia-GO, V.I:2019.

SOUZA, Lorena Francisco de. MIRANDA, Janira Sodré. SANTOS, Erika Pereira dos. **Processos formativos na educação das relações étnico-raciais em Ciências Humanas: reflexões a partir de intervenções pedagógicas com Ojás**. Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.10, n.2, jul./dez. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Fotografia e tecnologia digital: virtualização de patrimônio cultural

*Sarah Ligia Gutemberg Silva (IC), Lúcia Gonçalves e Freitas (PQ)
*999522019sarah@gmail.com

UEG-UnU-Jaraguá, Av. Diva de Freitas, s/n. Jaraguá-GO- 76330-000

Resumo: O texto apresenta o projeto de pesquisa “Fotografia e tecnologia digital: virtualização de patrimônio cultural”, desenvolvido entre outubro de 2021 e agosto de 2022. É indiscutível que as tecnologias vêm ganhando cada vez mais espaço na atual sociedade. Levando esta questão em consideração, a pesquisa utilizou-se destes recursos a favor da educação patrimonial, buscou-se acrescentar à Biblioteca dos Saberes Jaraguenses (BSJ) uma acervo de imagens sobre o município de Jaraguá e o povoado de Artulândia. A BSJ é um banco de dados inserido no ciberespaço, ancorado no site da UEG-Jaraguá. Fruto de projetos de extensão e pesquisa, este banco de dados disponibiliza arquivos digitais variados sobre a cidade de Jaraguá e, agora, recursos imagéticos, especialmente fotografias que captam o contexto local do povoado de Artulândia. Esse recurso imagético é carregado de memórias, preservá-las contribui para manter viva a história e a identidade local.

Palavras-chave: Biblioteca dos Saberes Jaraguenses ;fotografia; ciberespaço; cultura; patrimônio cultural.

Introdução

A pesquisa de iniciação científica apresentada aqui, nomeada como “Fotografia e Tecnologia digital: virtualização de patrimônio cultural” foi desenvolvida entre 01 de setembro de 2021 e 31 de agosto de 2022. Ela é vinculada ao projeto de pesquisa “Semioses Virtuais do Patrimônio Cultural para o Desenvolvimento Humano” e à ação extensionista “Rede de Saberes Jaraguenses”. Seu objetivo foi dar continuidade às iniciativas de pesquisa e extensão que desenvolvem o banco de dados digital chamado de Biblioteca dos Saberes Jaraguenses (BSJ). Localizada na



página virtual da UEG- Jaraguá, a BSJ reúne diversos acervos digitais que discursam sobre os diversos aspectos histórico-sociais da cidade de Jaraguá e difundem seu patrimônio cultural e saberes locais. Desde a sua criação, em 2016, todos os anos novos acadêmicos dão continuidade a esse projeto, que teve início com a coordenação da Professora Lúcia Freitas, somando arquivos e melhorias, para oferecer à comunidade maior acessibilidade à plataforma e aos conteúdos nela dispostos. O principal enfoque desta atualização foi a virtualização de fotografias de álbuns dos cidadãos jaraguenses e do povoado de Artulândia, contribuindo assim para implementação da BSJ. A seguir, descrevemos a pesquisa.

Material e Métodos

A pesquisa teve como direcionamento primordial a noção de que a fotografia permite, por meio da história visual de uma sociedade, o conhecimento de sua cultura material (GRIECO, 2014). Sendo a fotografia, portanto, o objeto foco do nosso trabalho, um primeiro passo foi fazer um levantamento bibliográfico sobre seus aspectos históricos, sociais e culturais.

O segundo direcionamento se baseou no conceito de “Patrimônio Cultural”, conforme autores citados no manual do IPHAN, organizado por Lima et.al. (2008). Para esses pesquisadores, o patrimônio cultural é a objetivação da produção histórico-social da humanidade, cuja apropriação pelas pessoas e sua socialização integram a formação genérica do ser humano. Essa noção guiou nosso olhar sobre como a fotografia pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural de uma localidade e seu povo.

Por fim, o último direcionamento se baseou nas noções de “ciberespaço” e “virtual”, como cunhadas por Pierre Lévy (1999, 2007). Para o autor, a interconexão mundial dos computadores fez surgir novos meios de comunicação que acabaram por criar uma nova via espacial de inter-relação. Os conceitos desse pesquisador apoiaram



nossa ação de virtualizar fotografias em um banco de dados on-line.

A partir do levantamento teórico, a pesquisa se deu então por etapas. De início, fomos levantar imagens de Jaraguá, e esse levantamento começou no povoado de Artulândia, que faz parte do município, mas que, conforme verificamos na BSJ, possuía quase nenhum trabalho acadêmico específico a seu respeito. Assim, foram contatadas pessoas que conheciam e que moravam há muito tempo nesse povoado e nas redondezas. Iniciamos a coleta das imagens, falando com familiares que nasceram e foram criados nessa região.

Eles nos forneceram nomes de pessoas que moravam ali e, assim, fomos ao encontro delas. Por estar em um período pandêmico, inicialmente, entrávamos em contato com as pessoas via Whatsapp e elas nos mandavam as fotografias e “legendas” daquelas imagens. Em seguida, quando foi possível, visitamos algumas delas. Pedíamos as fotos e íamos conversando sobre cada imagem. Gravamos no aparelho celular trechos de algumas de nossas conversas. Ao final, pedíamos para que assinassem um termo de permissão do uso das imagens fornecidas por cada família, que autorizaram a disposição das imagens.

Resultados e Discussão

Ao final deste trabalho foram reunidas mais de 300 fotografias de Jaraguá e especialmente do povoado de Artulândia. Essas fotos foram armazenadas no google drive e estarão em breve disponíveis na Biblioteca dos Saberes Jaraguenses. Essa biblioteca virtual que é tão rica em conteúdos locais, nela encontram-se livros, artigos, teses e dissertações, produções musicais, documentos históricos sobre Jaraguá, alguns links interessantes, produções acadêmicas e agora contará com um vasto acervo de fotografias.



Perante os resultados obtidos é notório que a fotografia passou por diversas transformações. Essa não é um simples discurso, ela é capaz de gerar um discurso, de suscitar memórias, de contar histórias. Essa se torna uma valiosa ferramenta para a sociedade, contribuindo diretamente para que a história permaneça viva.

A pesquisa rendeu, além da organização do acervo, um artigo acadêmico sobre a relação fotografia e discurso, que está sendo revisado para submissão a um periódico da área de linguagem em pareceria com a orientadora.

Considerações Finais

Por fim, o presente trabalho contribui para a valorização do patrimônio cultural local, uma vez que esses arquivos disponíveis no ciberespaço possibilitam que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento sobre a cidade de Jaraguá e sua gente, e assim mantém-se viva a história de um povo. Desse modo, foi gratificante contribuir com uma pequena parcela para a melhoria desse espaço tão importante que é a Biblioteca dos Saberes Jaraguenses. A pesquisa deve amparar outras iniciativas voltadas para a virtualização de conteúdo cultural e sua disposição nas vias do chamado ciberespaço.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, pela concessão da bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Referências

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução por Sérgio Paulo Rouanet,



prefácio por Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107. (Obras escolhidas, 1).

GRIECO, Bettina Zellner. **Fotografia**. Verbete do Dicionário do Patrimônio Cultural [on-line]. 2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/50/fotografia>. Acesso em 28 de abril de 2021.

IPHAN. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura** (tradução de Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é virtual**. (Tradução: Paulo Neves). 8 ed. São Paulo: Editora 34, 2007

LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito (Coord.). **A fotografia na preservação do patrimônio cultural**: uma abordagem preliminar. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 4).



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



História e Literatura: uma análise da representação feminina na obra de Eli Brasiense

Larissa dos Santos Freitas¹ (IC)*, Maria de Fátima Oliveira (PQ).

¹ larissasantosfreitas01@gmail.com

Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas Nelson de Abreu Junior. Av. Juscelino Kubitschek, 146, Jundiá, Anápolis/GO.

Resumo: A presente pesquisa buscou analisar a representação das personagens femininas na obra do escritor goiano/tocantinense, Eli Brasiense, com base nos estudos culturalistas. A investigação buscou compreender as possibilidades do uso da Literatura como fonte e ferramenta para o fazer histórico, tendo como foco a obra de Brasiense, principalmente no que se refere à condição da mulher em um espaço e tempo específicos. A análise levou em consideração o meio social e cultural das cidades palcos de seus romances, Pium, Pedro Afonso, Natividade e Goiânia – sendo as primeiras pertencentes a antiga região norte de Goiás (hoje estado do Tocantins) – e a última, a capital do atual território goiano. A hipótese que se levanta é a de que o diálogo entre a História e a Literatura é muito profícuo na obra de Brasiense e que, por meio de seus romances é possível compreender as relações de gênero, tais como a discriminação, subalternidade das mulheres e as relações de poderes, aspectos vigentes em uma sociedade com forte cultura patriarcalista.

Palavras chaves: Literatura regional. Gênero. Norte Goiano. Narrativa.

Introdução

Esta pesquisa teve o intuito de compreender as possibilidades do uso da Literatura como fonte e ferramenta para o fazer histórico. Buscou-se focar na obra do escritor Eli Brasiense, principalmente no que se refere à representação da condição da mulher em um espaço e tempo específicos. Desse modo, foi possível perceber que, na obra do referido escritor, especialmente naquelas de cunho histórico, há uma riqueza em detalhes histórico-sociais e geográficos que dialogam com aspectos da História regional. A literatura de Brasiense é permeada do contexto histórico no qual o autor viveu, o que é representado e percebido por meio da descrição do cenário, do



enredo e da construção de seus personagens. Ela nos faz perceber também, o modo como a discriminação de gênero, a subalternidade das mulheres, e o jogo de relações e de poder se configuravam.

Essa investigação tem como base a perspectiva da micro história; já a investigação geral das possíveis origens das desigualdades de gêneros, são compreendidas no campo da macro história, baseada no debate feminista. Nesse sentido, utilizamos o pensamento de Ana Alice Costa (1998) para dar sustentação teórica à discussão.

Material e Métodos

A principal metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Primeiramente, analisou-se a relação entre história e literatura com base nos autores culturalistas Sandra J. Pesavento (2003) e Barros (2010).

Partindo das proposições desses teóricos, focou-se no objeto da pesquisa: a representação da mulher em sua literatura, buscando problematizar as questões que envolvem as mulheres e o feminino em quatro romances do autor: *Pium* (2006), *Uma Sombra no Fundo do Rio* (1977), *O Perereca* (1973) e *Chão Vermelho* (1993).

Percebeu-se características presentes em seus livros como a violência contra a mulher, a objetificação do corpo feminino, a discriminação de gênero, a prostituição, a falta de oportunidades para muitas e os estereótipos acerca de seus papéis.

Resultados e Discussão

Para a historiadora Sandra J. Pesavento (2003), a literatura pode ser uma fonte de pesquisa, dependendo dos problemas que se quer analisar. Se o interesse do historiador for a busca por valores, razões e sentimentos que guiavam as



sociabilidades de uma época, ela se torna importante, pois permite a análise de sensibilidades. O texto literário fala da verdade do simbólico, ou ainda, da realidade imaginada de um determinado tempo e período. Sendo assim, a literatura é capaz de enunciar o que passa despercebido na realidade. Sob outra perspectiva, Barros (2010), diferente de Pesavento, trabalha a narrativa com a história e a literatura de maneira particular. O autor discorre sobre as formas de representar o tempo e de utilizar a literatura na temporalidade e na construção do texto narrativo. Ele defende que, o historiador, a fim de se fazer um texto mais versátil e abrangente, necessita do reconhecimento da literatura como dimensão para o seu trabalho. Sendo assim, tendo como ponto de partida a análise de ambos os autores, buscamos, na obra do escritor Eli Brasiense, “garimpar” o simbólico e a representação, para entender, com base na realidade histórica, a condição subalterna da mulher no meio social.

Inicialmente, trataremos do livro *Pium*, lançado em 1949. Percebemos em *Pium*, aos olhos de Brasiense, a maneira que as mulheres eram tratadas no interior, e mais especificamente em uma zona de garimpo. Observamos que, no romance, elas eram vistas como inferiores aos seus maridos, o sexo frágil da relação. Já no romance *Uma Sombra no Fundo do Rio* (1972) de maneira geral, pode-se destacar a violência contra a mulher. Em uma passagem, Militina, afilhada do sargento, descobrindo a traição de Cipriano com duas mulheres, pediu que o padrinho desse um jeito nas moças. Ele, violento que era, não agiu de outra forma: “- Dança agora, suas putas! [...] Era bom, engraçado mesmo, bater em mulheres com uma colher de pau. Era uma ventosa que chupava a palma da mão, dando dentadas nos dedos das vítimas (BRASILIANSE, 1977, p. 103).

Além destes, analisamos também a situação da mulher no romance de cunho psicológico *O Perereca*, lançado em 1973. Destaca-se um poema, feito por um personagem, mencionando, como, naquela época, era comum o homem fazer um



papel autocrático para “defender” suas mulheres e resguardar sua relação: “De um ditado meio à toa; Não me esqueço nem a pau. Por detrás de uma dona boa; Sempre tem um cabra mal” (BRASILIANSE, 1973, p.45).

O último objeto de nossa pesquisa foi *Chão Vermelho* (1956). Neste romance, a prostituição feminina é bastante representada, merece destaque uma passagem em que Toninho, filho de Joviano, ao lembrar-se da morte de uma prostituta, fica com a consciência pesada por se aproveitar sexualmente da moça: “Conhecia muito bem o corpo de Tianinha entregando-se como rameira experiente e sentia-se também responsável pela morte dela, porque se aproveitara de sua juventude perdida” (BRASILIANSE, 1993, p. 37).

Após a análise desses quatro livros, buscou-se entender como era ou é a condição da mulher em uma perspectiva macro histórica, nesse sentido, usamos a análise da autora Ana Alice Costa. Através dela, compreendeu-se que, historicamente, e de modo geral, a mulher tem estado do outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade, e que elas “Não puderam decidir sobre suas vidas, não se constituíram como sujeitos, não exerceram ou exercem o poder e não o acumulam, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato tem o controle de sempre”. (COSTA,1998, p. 19). Assim, assimila-se o porquê de Brasiliense, em seus romances, representar a mulher desta maneira. O autor não estava criando, mas refletindo sobre essa condição, tendo em vista que a literatura é um reflexo de seu tempo.

Considerações Finais

Diante do exposto, compreendeu-se que, seja em uma perspectiva micro ou macro histórica, a mulher tem sido relegada a situações subalternas desde sempre. E, apesar dos romances serem do século XX, os reflexos desse período ainda se



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



fazem presentes em nossa sociedade. Portanto, a literatura de Eli Brasiense transcende o regional, mas não deixa de conter suas particularidades, como o meio social em que suas personagens viviam e a tradição local.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, à minha orientadora Dra. Maria de Fátima Oliveira, à Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

ALMEIDA, Nelly Alves de. *Presença Literária de Eli Brasiense*. Goiânia: UCG, 1985.

BARROS, José D'Assunção. História e Literatura – novas relações para os novos tempos. *Revista de Artes e Humanidades*, n. 6, mai./out., 2010.

BRASILIANSE, Eli. *Chão Vermelho*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.

_____. *O Perereca*. Goiânia: P. D. Araújo Livraria e Editora, 1973.

_____. *Pium*. 5. ed. Goiânia: ICBC, 2006.

_____. *Uma sombra no fundo do rio*. Rio de Janeiro: Olympio, 1977.

COSTA, Ana Alice. *A construção do pensamento feminista sobre o “não poder” das mulheres*. In: *As donas do poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Neim/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998, p.19-46.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: *Revista História da Educação*. Vol. 22 n. 14. Pelotas: Universidade de Pelotas, 2003, p. 31-45.



Integração x Segurança Nacional: O projeto político pedagógico da FUNABEM.

João Marcelo Farias Rodrigues¹ (IC)*, Veralúcia Pinheiro¹ (PQ) joaomarcelayears@gmail.com.

Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-390.

Resumo: A pesquisa em questão faz uma análise do conteúdo do projeto de criação da FUNABEM e sua vinculação com a Doutrina de Segurança Nacional e discute a reprodução dos pressupostos do SAM na FUNABEM além de analisar a proposta de ressocialização dos internos dessas instituições. O presente estudo foi realizado em parceria com o projeto “Ameaça ou ameaçados: Os menores abandonados da FUNABEM e a Doutrina de Segurança Nacional”. Com o intuito de compreender o contexto histórico e o surgimento da FUNABEM, assim como sua relação com a Doutrina de Segurança Nacional. Dessa forma, utilizou-se de uma revisão bibliográfica acerca da história da institucionalização da infância no Brasil, para compreensão do contexto geral e da herança recebida pela FUNABEM, assim como também analisou a ligação entre a doutrina de segurança nacional, o SAM e as ações práticas da FUNABEM. Fazendo uma reflexão acerca dessas instituições e suas inter-relações e seus impactos sociais.

Palavras-chave: FUNABEM. SAM.

Introdução

A história da institucionalização da criança e do adolescente surge no Brasil colonial com a ação educacional dos jesuítas, que instauraram escolas elementares, cujo objetivo era o ensino da língua para crianças em idades iniciais em aldeias e vilas, já a criação de colégios religiosos teve a finalidade de instruir os filhos de membros das camadas sociais mais privilegiadas da época. (RIZZINI, 2004.p. 23) A internação de crianças e adolescentes em instituições estatais mostram-se como algo profundamente arraigado na sociedade brasileira com bases fundadas desde o período



colonial, podendo também ser analisados como um instrumento utilizado em determinados períodos como ferramenta política.

Dado um salto temporal, a partir do golpe militar de 1964, surgiram questionamentos acerca do tratamento promovido pelo Estado aos chamados “menores infratores” ou “menores abandonados”, nesse contexto é criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), que teria como objetivo inicial o rompimento com as políticas e as ideologias implementadas pelo SAM (Serviço de Assistência a Menores). Essa instituição fora criada no período da ditadura de Getúlio Vargas, marcada pela violência e a corrupção escondidas pela ditadura, porém denunciadas na imprensa logo após o fim do Estado Novo.

Resultados e Discussão

O surgimento da FUNABEM ocorreu no mesmo ano do golpe militar de 1964, e isso é algo de suma importância para a compreensão do objetivo inicial dessa instituição. Com as constantes críticas destinadas ao SAM, muitas vezes realizadas por ex-funcionários e até mesmo ex-diretores, surge naquele contexto um sentimento “anti-SAM” compartilhado pela sociedade e também pelos integrantes do governo que tinham como objetivo a formação de uma nova instituição que fosse diferente do famigerado SAM. Paralelo ao sentimento “anti-SAM”, é utilizada a doutrina de segurança nacional como forma de sustentação ideológica do novo órgão de atendimento aos chamados “menores”. Como um órgão normativo, a FUNABEM tinha como principal objetivo o rompimento ideológico com o órgão anterior, mas do ponto de vista prático, as políticas de internação, apesar do discurso oficial, não mudaram, ao contrário, foram intensificadas. Rizzini (2004, p. 37), confirma essa análise quando afirma, “A antiga prática do recolhimento de



crianças foi intensificada, conforme atesta o boletim informativo MUDES (nº.8, nov. 1972)". Assim, a prática que antes era repelida pelas autoridades do período ditatorial, foi intensificada e utilizada com uma nova roupagem. A doutrina de segurança nacional, que surge como consequência do fim da guerra fria, faz com que o medo da cooptação de jovens para movimentos de cunho revolucionário justificasse a utilização do aparato estatal para "desviar" esses jovens da ameaça comunista. Para a pesquisadora, Miranda (2016, p. 51), a doutrina de segurança nacional foi idealizada pela Escola Superior de Guerra e se tornou um instrumento fundamental para a

[...] imposição de um sistema de controle e dominação governamental em busca do fortalecimento do Estado, atrelando as estratégias de desenvolvimento político e econômico do País à questão da segurança. Na busca desse fortalecimento, o Estado autoritário passou a construir campanhas contra os "inimigos externos" e "inimigos internos", criando na sociedade "um clima de suspeita, medo e divisão que permitiu ao regime levar a cabo campanhas repressivas", envolvendo, inclusive, o cotidiano das pessoas comuns.

Dessa forma, a utilização do "medo" foi empregada também na FUNABEM, como forma de justificar as ações de institucionalização de crianças e adolescentes. A partir desses pressupostos o trabalho é reconhecido como forma de prevenção e regeneração social dos ditos "menores infratores". Tal pensamento tem origem republicana e está ligada à ideia de ordem e progresso, surgidos juntamente com a república brasileira. Segundo Miranda (2016, p. 68) "percebe-se que com o advento da República, houve a preocupação de tornar a criança o futuro trabalhador. A partir da égide da ordem e do progresso". Como já dito anteriormente, a FUNABEM não rompe com essas práticas, mas sim as intensifica sobre novas justificativas já apresentadas.



Considerações Finais

Com a presente pesquisa foi possível conhecer parte do contexto histórico da institucionalização da infância e da adolescência, a qual tem início no período colonial; assim como as diversas mudanças que aconteceram nesse âmbito. É de suma importância o estudo desse tema no âmbito da educação para que se compreenda o esforço que foi realizado para que hoje se tenha direitos referentes a crianças e adolescentes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em cumprimento da Constituição Brasileira.. Ainda assim, é necessário um longo caminho para evoluir em diversos aspectos no campo social para a busca dos direitos sociais relacionados às crianças e adolescentes.

Quanto ao caráter pedagógico das instituições voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, incluindo as medidas socioeducativas, devem ter primazia em relação aos aspectos punitivos e coercitivos que caracterizavam o tratamento aplicado nas FEBEMs. Ao realizar essa substituição de paradigma, a atual legislação buscou garantir às crianças e jovens condições materiais e intelectuais de inserção na sociedade de forma não marginalizada. O Estado e a sociedade civil, representados nos órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, perceberam finalmente que métodos violentos e repressivos são totalmente ineficazes no processo de ressocialização infanto juvenil. Seria preciso, então, garantir, saúde, educação, lazer, esporte, cultura etc. como pressuposto básico para a construção de uma vida digna e uma sociedade menos violenta.



Agradecimentos

Agradeço ao CNPQ pela concessão da bolsa que permitiu a minha participação no Programa de Iniciação Científica, e minha dedicação à pesquisa. Agradeço também a Dra. Veralúcia Pinheiro pelos ensinamentos e orientações durante o tempo de realização dessa pesquisa.

Referências

MIRANDA, Humberto. A Febem, o código e a “pedagogia do trabalho”.
Projeto História. São Paulo. n. 55, p. 45-77, jan/2016.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**.
Rio de Janeiro: PUC - Rio, 2004.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



O fiar e o tecer: narrativas e memórias de mulheres do Xixá para a construção de um mapeamento do patrimônio cultural local

Jordana Pereira de Moraes¹ (IC) jomorais@gmail.com

Unidade Universitária de Itapuranga – Avenida Rio Araguaia esq. c/ Rio Paranaíba s/nº, Setor Milton
Camilo de Faria CEP: 76680000

A fiação e a tecelagem artesanal são produções enraizadas na cultura e na história de Itapuranga (GO), antigo povoado do Xixá. O objetivo desta pesquisa é contribuir para o registro, tanto desse saber-fazer local, quanto das histórias de vida de mulheres, que também protagonizam a construção identitária do Xixá. Propomos a identificação das fiandeiras e tecedeiras locais, com intuito de desenvolver um mapeamento participativo que contribua para a visibilidade do grupo e a produção de um material gráfico que, dentro de uma proposta de educação patrimonial, enfatize a importância da preservação das técnicas da fiação e da tecelagem manual no município. Além da revisão bibliográfica, que nos possibilitou um “estado da arte” sobre os processos de fiação e da tecelagem, também realizamos entrevistas com 26 mulheres fiandeiras e tecedeiras, na zona rural e urbana do município. Problematicamos as narrativas, tangenciando seus conteúdos com a dimensão da memória e do patrimônio. Os resultados parciais da pesquisa demonstram o impacto da ‘modernização’ para o desenvolvimento e continuidade desse saber-fazer, bem como a invisibilidade, a falta de incentivos e de políticas públicas que se apresentam como desafios para que o mesmo seja valorizado como patrimônio cultural e incorporado como prática de economia solidária.

Palavras-chave: Referências Culturais. Registro. Visibilidade. Educação Patrimonial. Artesanato.

Introdução

Fiar e tecer são atividades que respondem a uma necessidade social básica – o vestir, sendo, portanto, uma produção social de caráter funcional. Seu surgimento, no entanto, se perde nas teias confusas da história, de forma que seria impossível uma pesquisa que aprofundasse sobre todas as nuances dessa atividade. Na contemporaneidade, além do caráter funcional, essas práticas assumiram um caráter simbólico, dada sua importância histórica e relevância para a construção identitária de muitos grupos sociais, podendo inclusive ser interpretadas



como patrimônio cultural.

Essa pesquisa faz parte do projeto de pesquisa intitulada “Cartografia participativa e colaborativa do patrimônio cultural: por uma reflexão geográfica da patrimonialidade”, o qual se propõe a construção de um mapeamento do acervo patrimonial de Itapuranga (Goiás), contemplando bens culturais locais que não se encaixem nos critérios dos órgãos de preservação institucional, por meio de uma cartografia participativa e colaborativa. Esse tipo de cartografia caracteriza-se pela centralidade de participação do sujeito na construção do mapeamento e da representação. Buscaremos retratar os saberes das mulheres fiandeiras e tecedeiras, que compõem o patrimônio cultural da cidade de Itapuranga (GO), antigo povoado do Xixá, evidenciando a necessidade de valorizar e fortalecer os conhecimentos dos ancestrais nessas atividades da fiação e da tecelagem manual da história local.

O principal objetivo é contribuir para o registro, tanto do saber enraizado no município, quanto das histórias de vida dessas mulheres, que também protagonizam a construção identitária do Xixá. Assim, temos como proposta a identificação das fiandeiras e tecedeiras locais, com intuito de desenvolver um mapeamento cultural que contribua para a visibilidade do grupo e a produção de um material gráfico, que, dentro de uma proposta de educação patrimonial, enfatize a importância da preservação das técnicas da fiação e da tecelagem manual no município.

Material e Métodos

Como etapas metodológicas, realizamos a revisão bibliográfica pertinente ao saber fazer da tecelagem manual no Brasil e na região, a partir de autores como: Oliveira (2019), Santos (2018), Soares Junior e Batista (2020), Garcia (1981), Mirandola (1993), Silva e Oliveira (2012), entre outros.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na identificação das mulheres fiandeiras e tecedeiras do município, atuantes ou não, que aceitaram participar da



pesquisa. Embora o grupo seja tradicional e se apresente com frequência em eventos locais, não há um registro formalizado pela prefeitura municipal por meio do qual poderemos ter acesso às mulheres.

O procedimento adotado para essa identificação foi a metodologia Snowball (“Bola de Neve”), uma técnica de amostragem de pesquisas sociais que, segundo Baldin e Munhoz (2011) utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede, na qual os participantes iniciais indicam novos participantes até atingir o “ponto de saturação”. Apesar dos esforços, não foi possível contemplar todo o universo de mulheres fiandeiras e tecedeiras do município, pois muitas realizaram seu trabalho anonimamente, não participando do mesmo círculo de convívio com as participantes da pesquisa.

Outra etapa para a coleta de dados foram as entrevistas, mediando o uso de técnicas da História Oral, cujo objetivo foi retratar e registrar as narrativas advindas das memórias das entrevistadas. Assim, o levantamento destes saberes foi realizado através da oralidade (gravação do relato de vida), evidenciando todo o processo e instrumentos utilizados que compõe esse patrimônio cultural de Itapuranga. Realizamos 26 entrevista, sendo 8 na área rural e 18 na área urbana do município.

Resultados e Discussão

Como parte do projeto “Cartografia participativa e colaborativa do patrimônio cultural”, essa pesquisa buscou desenvolver uma cartografia participativa e colaborativa, identificando e mapeando os bens que compõem o patrimônio cultural local. Não se trata de um mapeamento que só identifica localizações, mas sim, a dinâmica do patrimônio cultural com base na compreensão dos usos e valores das populações locais.

Assim, como etapa da pesquisa e como produto da mesma, propomos a construção de um processo de identificação, catalogação e mapeamento dessa



importante referência cultural do município. Visitamos e entrevistamos muitas mulheres detentoras desse saber-fazer, registrando seus ofícios e suas histórias de vida. Está em desenvolvimento um catálogo que inclui uma breve biografia, algumas memórias, registros fotográficos das mulheres e suas produções.

As etapas do processo de fiação envolvem, a plantação do algodoeiro, a colheita do algodão, o trabalho no descaroçador, o trabalho com o arco; as cardas e formação de pastas; o trabalho com o fuso ou rodas de fiar; o enovelamento; a dobradeira; e a formação das meadas. As etapas do processo de tecelagem artesanal envolvem: o canelar, o urdir, o trabalho no tear (podendo usar adendos), a utilização dos repassos; e a produção final do tecido.

As tecelãs que foram identificadas informaram que não existe demanda para confecção de tecido para fazer roupa pessoal, cobertas, lençóis, toalhas. Geralmente, as tecedeiras que ainda desenvolvem o ofício, fazem tapetes, o que segundo as mesmas, são os mais vendidos. Utilizam o fio comprado no comércio para a confecção do tecido, devido à falta de algodão. Já duas das entrevistadas utilizam tiras que são cortadas de roupas, como a dona Lourdes Lemes disse: “é uma forma de reciclar, a roupa que ia ser descartada no lixo, pode ser reutilizada com outra finalidade e estará contribuindo com o meio ambiente”.

Entretanto, suas produções estão entrelaçados aos saberes do campo. Apesar da tecnologia, ainda é possível encontrar aquelas que buscam plantar o algodão para apresentar para os netos (as) e bisnetos (as) o ofício que fora realizado em anos anteriores, desde as primeiras etapas, o que servira para confeccionar roupas para uso próprio e/ou renda complementar.

As memórias identificadas e narrativas obtidas integrarão a criação de uma cartografia colaborativa e participativa resultante do diálogo com o território mapeado: uma representação do patrimônio cultural e da memória coletiva. Estes elementos serão aglutinados para uma produção cartográfica em software de geoprocessamento, na qual cada item será georreferenciado e contemplado no “Mapa do Patrimônio Cultural de Itapuranga”.

Contudo, durante um ano de pesquisa, não esgotamos todo o universo de



mulheres fiandeiras e tecedeiras do Xixá. Muitas permanecem no anonimato, desenvolvendo seus trabalhos em cômodos domésticos ou fundos de quintais, ou não se mostraram confortáveis em participar da pesquisa, por não compreenderem o valor de seu trabalho como patrimônio cultural. Há muito ainda a inventariar e a cartografar, a fim de deixar um registro significativo que contribua para visibilidade e valorização do trabalho da fiação e da tecelagem artesanal local.

O ofício da fiação e da tecelagem manual trazido por mulheres migrantes, sobretudo de Minas Gerais, contribuiu significativamente para a formação sociocultural do Xixá, pois dinamizou e movimentou a economia local por décadas. Apesar do impacto advindo da ‘modernização’ das técnicas na indústria têxtil, este saber-fazer se manifesta como resistência cultural expressiva em Itapuranga.

Nosso objetivo com essa pesquisa é dar visibilidade a essas mulheres fiandeiras e tecedeiras, em âmbito local e regional, com a finalidade de valorizar esse saber-fazer como herança cultural. Trazer esse debate da fiação e da tecelagem artesanal como patrimônio cultural local possibilitará o fortalecimento do saber-fazer e sua reintrodução nas políticas culturais, inclusive com ênfase na geração de renda e melhoria das condições sociais das artesãs através do próprio trabalho.

A pesquisa ainda não se conclui com esse trabalho, afinal existe um universo de mulheres do Xixá que, anonimamente, ainda fiam ou tecem, mas não foram contempladas aqui, o que abre oportunidades para ações de pesquisa da universidade e de outras instituições de ensino.

Agradecimentos

Agradecemos às mulheres participantes, que gentilmente aceitaram contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. Agradecemos também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).



Referências

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação - SIRSSE, 10. 2011, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011, p. 329-341.

GARCIA, Marcolina Martins. *Tecelagem artesanal: estudo etnográfico em Hidrolândia – Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1981.

MIRANDOLA, Norma Simão Adad. *As tecedeiras de Goiás: estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Goiânia: Editora UFG, 1993.

NEIRA, Luz García. Têxteis como patrimônio cultural. *Cultura Histórica & Patrimônio*, v. 3, n. 1, p. 5 – 23, 2015.

OLIVEIRA, Abadia de. Tecelagem manual tradicional em Itapuranga: interfaces de uma cultura. In: OLIVEIRA, H. F.; BICALHO, P. S. S.; MIRANDA, S. C. (Orgs.). *Educação e Diversidade: Múltiplos Olhares*. Anápolis: UEG, 2013, p. 191 – 203.

OLIVEIRA, Letícia de Cássia Costa Grande de. *Lã crua, fios da memória: mulher, artesanato e patrimônio cultural do Rio do Sul*. 145 fls. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Arlethe Cezar dos. *Entre fios e tramas: mulheres e tecelagem na Chapada dos Veadeiros*. 51 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado) - Universidade de Brasília. Alto Paraíso de Goiás - GO, 2018.

SILVA, Valtuir Moreira da.; OLIVEIRA, Abadia Maria de. Os saberes das tecedeiras e fiandeiras: narrativas e experiências em Itapuranga-GO – 1970 – 2010. In: Simpósio Nacional do CIEAA, 4.ed., 2012, Anápolis. *Anais ...* Anápolis:UEG,2012, p.340-350.



O SENTIDO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Ester Gomes Souza (IC)*, Simone de Magalhães Vieira Barcelos (PQ)¹

¹Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE); Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas.
Av. Araguaia, 400, Vila Lucimar, Inhumas-GO. E-mail: estergomesx10@gmail.com

Palavras-chaves: Formação; Pesquisa; Conhecimento.

Introdução

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa *A história da educação superior em Goiás entre os anos de 1980 A 1993: o sentido da formação do pedagogo* coordenado pela professora Simone de Magalhães V. Barcelos. Busca-se refletir sobre o sentido da Iniciação Científica na formação do estudante de graduação. A princípio é fundamental reconhecer a relevância da Iniciação Científica/IC no âmbito da pesquisa da Universidade Estadual de Goiás/UEG. Tal política expressa o interesse da UEG no sentido de assegurar as condições favoráveis e necessárias à uma participação efetiva do estudante em atividades de pesquisa. A oportunidade de participação na IC propicia maiores chances para a realização das leituras e discussões indicadas nas referências da pesquisa, bem como amplia as possibilidades de participações nas ações e eventos relacionados a pesquisa. Uma das questões que chama a atenção no trabalho da IC diz respeito ao expressivo volume de leitura que a pesquisa teórica propõe ao longo da execução do projeto. Dentre os autores que serão lidos, destacamos Platão (2000, 1988), Aristóteles (2009, 1998)), Coelho (2008, 2009, 2011, 2016,)), dentre outros, leituras que serão fundamentais no sentido de nos aproximar da temática da pesquisa, da compreensão de conceitos e termos que constituem o objeto de estudo em questão. Será também, objeto de leitura a Base Nacional Comum Curricular (2019) com vistas a compreender a concepção de pedagogo no contexto atual.



Material e Métodos

Como a pesquisa é de cunho teórico, entende-se que as principais atividades sejam desenvolvidas em torno de leituras, discussões de textos e produção de artigos científicos. Assim, com o objetivo de realizar esse trabalho formativo de modo satisfatório, a cada leitura realizada, pretende-se elaborar, sob o acompanhamento da orientadora, diferentes formas de registro e sistematização. Dentre os registros de leitura que serão realizados citamos: resumo, resenha, fichamento, esquemas de leitura. O trabalho de pesquisa, como lembra Severino (2007), é um processo de organização e sistematização do pensamento em busca da apreensão dos conceitos investigados. Um dos desafios do graduando que decide concorrer a uma bolsa, diz respeito a compreensão da vinculação o Plano de Trabalho que ele deve elaborar e o projeto de pesquisa ao qual ele estará vinculado, quer dizer, é preciso compreender que são coisas distintas, mas estão articuladas. Nesse sentido, as orientações da proponente do projeto e a leitura atenta do edital da seleção foram fundamentais no processo de elaboração do presente plano de trabalho. O processo de elaboração do plano de trabalho como um todo, já nos dá uma visão mais ampla das possibilidades formativas que a experiência da Iniciação Científica pode proporcionar aos alunos contemplados com alguma modalidade de bolsa. Reconhecendo a riqueza dessa experiência que estimula e favorece o “desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa”, como indica o edital PrP/UEG, n. 030/2020. O trabalho proposto na IC supõe a participar efetiva do graduando nas atividades propostas, pois sabe-se que a experiência da pesquisa e depende dessa participação consciente e responsável do bolsista e dos demais participantes do projeto e um acompanhamento sistemático por parte do orientador.



Resultados e Discussão

Espera-se que a experiência acadêmica na Iniciação Científica - bolsa PIBIC/CNPq -, favoreça o exercício da leitura, a prática de estudo orientado, a convivência mais próxima com a cultura acadêmica, a experiência da escrita acadêmica, a ampliação e a elevação da qualidade da formação em sentido amplo. Espera-se, ainda, realizar as leituras previstas no projeto de modo a contribuir com o exercício da escrita científica, com a divulgar dos resultados da pesquisa, seja pela participação em eventos ou na publicação de artigos científicos.

Busca-se ainda, refletir sobre o sentido da Iniciação Científica na formação acadêmica; participar efetivamente da pesquisa, principalmente das atividades do Grupo de Pesquisa Educação e Filosofia/GEEF/PPGE/UEG/Inhumas; realizar as leituras indicadas como fundamentais na pesquisa; produzir artigos científicos em coautoria com a orientadora e, se possível, individualmente; participar de eventos científicos dentro e fora da UEG; vivenciar a experiência da Iniciação Científica como uma oportunidade de melhorar a qualidade da formação acadêmica.

Considerações Finais

Espera-se que a experiência da Iniciação Científica, ao longo do período de vigênciada bolsa PIBIC/CNPq, favoreça a elevação da formação em sentido amplo. Essa elevação supõe o exercício da leitura, a prática de estudo orientado e o acompanhamento do bolsista pela orientadora. Um primeiro movimento já se realiza com a participação no CEPE, evento relevante que possibilita a interlocução entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. Até o momento, a atividade que tem sido



bastante rica é a participação no Grupo de Estudo Educação e Filosofia coordenado pela Profa. Simone. Essa participação tem ampliado a compreensão sobre a universidade – ensino, pesquisa extensão, sobre o curso de Pedagogia, sobre o trabalho acadêmico, enfim, tem sido uma oportunidade singular de qualificar a experiência na graduação.

Agradecimentos

Obrigada aos organizadores do CEPE pela oportunidade de discutir a temática deste trabalho.

Referências

ANÁPOLIS, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, Edital PrP n. 030/2020 publicado em 18/05/2020. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução do grego de Antônio de Castro Caeiro. São

Paulo: Atlas, 2009. _____. Política. Ed. Bilíngue grego-português. Tradução e notas Antônio Campelo Amaral e Carlos Carvalho Gomes. Lisboa: Veja, 1998. _____. Universidade atual e comunidade brasileira. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.35, p. 73-76, nov. 1980. _____. A questão política do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). O educador: vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 29-49. COELHO, Ildeu M. Escola e formação de professores: In (org.). Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.

PLATÃO. A República. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3 ed. Belém: EDUFPA, 2000. _____. Teeteto. Trad. Adriana M. Nogueira e Marcelo Boerj. Fundação Calouste Gulbenkian, 1998

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O TERRITÓRIO GOIANO NA PERIFERIA EXTRATIVA GLOBAL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FERRO-NÍÓBIO

Thálita Cristina Cunha Silva (IC)¹, Ricardo Jr. de Assis Fernandes Gonçalves (PQ)²

¹ Aluna do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Iporá. Rua Serra dos Den - Boa Vista, Iporá - GO, 76200-000; ² Professor do Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina. Avenida Dr, Av. Deusdete Ferreira de Moura - Centro, Goiás - GO, 76600-000.

E-mail: thallitacristinago@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa teve como centralidade demonstrar a participação de Goiás na rede extrativa global do nióbio. Os resultados revelaram que o território goiano situa-se na periferia extrativa do capitalismo mundial como exportador de produtos primários ou semi-elaborados, entre eles o ferro-nióbio. Os procedimentos metodológicos contaram com apoio de procedimentos metodológicos quanti-qualitativos. A análise do complexo de mineração e metalurgia de nióbio, demonstra que Goiás é o segundo principal produtor de ferro-nióbio do Brasil e do mundo. Contudo, com atuação da empresa CMOC Brasil, de capital chinês, essa produção é voltada toda para exportação e contribui com a manutenção de um território fraturado pelo modelo mineral predatório.

Palavras-chave. Mineração. Território. Periferia extrativa. Goiás.

Introdução

Goiás é um dos principais estados minerados no Brasil. Junto ao Pará, Minas Gerais e Bahia, o território goiano destaca-se como exportador de minérios que movimentam o ecossistema global do capital (HARVEY, 2018), especialmente a demanda de países ricos por *commodities*.

Neste sentido, a presente pesquisa teve como centralidade demonstrar a participação de Goiás na rede extrativa global do nióbio. Os resultados revelaram que



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



o território goiano situa-se na periferia extrativa do capitalismo mundial como exportador de produtos primários ou semi-elaborados, entre eles o ferro-nióbio.

A extração e a metalurgia de nióbio em Goiás situam-se nos municípios de Catalão e Ouidor, no sudeste goiano. Com atuação da empresa CMOC Brasil, Goiás possui o segundo principal complexo de mineração e metalurgia de nióbio do mundo. Toda a produção de ferro-nióbio é exportada, o que demonstra a especialização primária de um território voltado para o mercado externo.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida em distintas etapas, com apoio de procedimentos metodológicos quanti-qualitativos (SOUZA e KERBAUY, 2017). Inicialmente, procederemos de revisão bibliográfica sobre economia política da mineração em Goiás (GONÇALVES, 2016; 2019), territorialização dos megaprojetos extrativos de nióbio (FERREIRA NETO, 1998; GONÇALVES e MILANEZ, 2020), assim como a inserção de territórios das periferias extrativas nas redes globais de produção (ENDERSON et.al., 2002; HESS, 2004; MILANEZ et.al, 2018; GONÇALVES e MILANEZ, 2020).

Com efeito, após a revisão bibliográfica, leitura e fichamento dos textos (o que propiciou um embasamento teórico-metodológico inicial sobre a temática estudada) procedemos do levantamento de dados e informações com identificação dos principais municípios minerados em Goiás; e as principais substâncias mineradas e que compõem a pauta exportadora goiana. Para isso, as principais fontes de dados



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



e informações foram a Agência Nacional de Mineração (ANM), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e COMEX STAT do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A última etapa consistiu na sistematização e interpretação de dados e informações. Os dados permitiram verificar os principais municípios minerados em Goiás (incluindo a extração de nióbio e produção de ferro-nióbio), a evolução do volume de extração e identificação dos principais países importadores do ferro-nióbio produzido em Goiás. Após essa sistematização, os dados e informações foram interpretados no processo de escrita do texto. Essa etapa também exigirá oficinas de orientação metodológica para acesso e sistematização dos dados em gráficos, tabelas e mapas.

Resultados e Discussão

A mineração em Goiás tem sido pesquisada com o enfoque crítico da leitura territorial (GONÇALVES, 2016; 2019), resultando em interpretações reveladora das contradições do modelo mineral em grande escala e dependente do uso intensivo de água, energia e trabalho. Ademais, um modelo voltado para fora, para a exportação de minérios que abastecem demandas internacionais e aprofundam o modelo primário-exportador de Goiás e do Brasil.

A inserção do território goiano nas redes globais extrativas (HENDERSON et.al., 2002; HESS, 2004; MILANEZ et.al, 2018; GONÇALVES e MILANEZ, 2020), é reveladora de um território internacionalizado, contudo, dependente de produtos primários. Resulta disso a formulação de um modelo econômico que intensifica a condição de regiões e países do sul global como periferias extrativas. No caso de Goiás, mais de 70% de sua pauta exportadora é composta por grãos, carnes e



minérios (IMB, 2021), por isso, dependente da apropriação em larga escala de solos, águas e minérios. Goiás é um território extrativo voltado para exportação de commodities.

Neste sentido, a mineração destaca-se como um dos principais setores extrativos do território goiano. Em Goiás os principais bens minerais explorados de seu subsolo são o ouro, cobre, níquel, amianto, fosfato e nióbio. A legenda especial dos grandes projetos de mineração revela um território fraturado em distintos municípios minerados, entre eles Alto Horizonte, Barro Alto, Minaçu, Crixás, Catalão e Ouvidor.

Em Catalão e Ouvidor há o complexo de mineração e metalurgia de nióbio. Desde os anos 1970 o nióbio é extraído nestes municípios, de forma que Goiás é o segundo principal produtor e exportador de ferro-nióbio do Brasil (e do mundo), após Minas Gerais, através do complexo da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM), localizada em Araxá (MG).

Desde 2016 a mineração e metalurgia de nióbio em Goiás é realizada pela empresa CMOC Brasil, empresa subsidiária da China Molybdenum Co., Ltd (CMOC). Com mina situada no município de Catalão (GO) e metalurgia no município de Ouvidor (GO), em 2021 Goiás exportou 12,5 toneladas de ferro-nióbio no valor de U\$ 268 milhões. Houve exportação para 14 países, sendo os principais importadores a China, Países Baixos, Cingapura e Estados Unidos. Apenas a China respondeu por 36% das importações do ferro-nióbio produzido em Goiás.

Considerações Finais



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Os resultados apresentados na presente pesquisa revelam o processo de especialização primária do território goiano. A condição de produtor e exportador de commodities agrícolas e minerais ilustra um Estado cujo território insere-se na economia global enquanto periferia extrativa.

A análise do complexo de mineração e metalurgia de nióbio, demonstra que Goiás é o segundo principal produtor de ferro-nióbio do Brasil e do mundo. Contudo, com atuação da empresa CMOC Brasil, de capital chinês, essa produção é voltada toda para exportação e contribui com a manutenção de um território fraturado pelo modelo mineral predatório.

Agradecimentos

Agradecemos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela bolsa concedida, o que permitiu o desenvolvimento da presente pesquisa.

Referências

COMEXSTAT. **Exportação e importação geral, Brasil**. 2022. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 12/08/2022.

GONÇALVES, R. J. A. F. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

_____. Mineração em grande escala, disputas pelo subsolo e o espaço agrário fraturado em Goiás, Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, V. 36, No. 2, 2019.

_____.; MILANEZ, B. The territorialization of the niobium global extractive network in Goiás, Brazil. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 14, n. 2, ago/2020.

HENDERSON, J. et al. Global Production Networks and the Analysis of Economic Development. **Review of International Political Economy**, 9: p. 436-464, 2002.

HESS, M. Global Production Networks: dealing with diversity. In: TACHIKI, Dennis; HAAK, René (Eds.). **Regional strategies in a global economy**: multinational corporations in East Asia. Munich: Iudicium, 2004.

MILANEZ, B. *et.al.* A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, 2(2), 1-43, 2018.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



PEDAGOGIA SOCIAL: FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA FORMAÇÃO E TRABALHO

Jordanna Nunes Souza^{1*}, Andréa Kochhann²;

¹ jordannanunessouza@gmail.com (IC)*; ² andrea.machado@ueg.br (PQ).

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Resumo: Este trabalho é resultante da pesquisa intitulada “FORMAÇÃO DOCENTE E TRABALHO PEDAGÓGICO: uma análise do pedagogo em espaço escolar e não escolar” que teve como eixo principal identificar e compreender as fragilidades e potencialidades em torno da formação e trabalho do pedagogo atuante em espaço social, rompendo com ideal limitador de Pedagogo-Professor. A pesquisa foi vinculada ao macroprojeto “FORMAÇÃO DOCENTE E TRABALHO PEDAGÓGICO: O PAR DIALÉTICO NO VIÉS DA PRÁXIS CRÍTICO EMANCIPADORA” e ao Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade – GEFOPI. O alicerce teórico se fundamentou em Libâneo (2001), Graciane (2014), Gohn (2010), Kochhann (2015), Brandão (2007), entre outros teóricos, seu acervo documental consistiu na CNE/CP n. 01 de 2006 junto as resoluções posteriores e o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus de São Luís de Montes Belos referente ao ano de 2015. Os resultados desta pesquisa trazem reflexões que prevê a ampliação curricular e ampliação do mercado em relação a Pedagogia em espaços não-escolares.

Palavras-chave: Pedagogia. Formação. Pedagogia Social. Pedagogo.

Introdução

Este trabalho é resultante da Iniciação Científica intitulada “FORMAÇÃO DOCENTE E TRABALHO PEDAGÓGICO: uma análise do pedagogo em espaço escolar e não escolar” com ênfase no âmbito da Pedagogia Social. Sendo fruto da problemática “Quais as fragilidades e potencialidade da formação e o trabalho do pedagogo em espaços escolares e não escolares?”, proveniente a individualização dos planos, o presente artigo traz suas contribuições direcionadas aos âmbitos sociais.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O objetivo geral proposto foi solucionar esta problemática, que só foi possível através dos seguintes objetivos específicos: 1. Analisar o currículo vigente do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Oeste, Sede São Luís de Montes Belos no tocante ao pedagogo em espaço social; 2. Discutir a Resolução CNE/CP n. 01 de 2006; 3. Realizar o estado da arte nos últimos 10 anos, no tocante ao pedagogo em espaço social; 4. Analisar a formação e o trabalho do pedagogo em espaço social.

Material e Métodos

Os métodos utilizados para a pesquisa consistiram nas pesquisas qualitativas bibliográficas, documentais, relatos de profissionais da área, estágios extracurriculares, além de estudos de casos. Levando em consideração que a linha de aproximação teórica seguida está nos parâmetros do método materialismo histórico-dialético. A base teórica e documental consiste em Libâneo (2001), Graciane (2014), Gohn (2010), Kochhann (2015), Brandão (2007), Resolução CNE/CP n. 01 de 2006, Resolução CNE/CP n.02 2019, no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia e demais documentos.

O estudo de caso foi realizado no curso de Pedagogia da UEG, Câmpus São Luís de Montes Belos, no tocante à formação. O estágio extracurricular foi realizado no Conselho Tutelar de São Luís de Montes Belos, por meio de observação ativa acompanhando uma Pedagoga que foi eleita para a função.

Resultados e Discussão



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Em alinhamento com os objetivos foi efetuada leituras e análises de conjunto de artigos relacionados a formação e trabalho docente, como “A Identidade do Pedagogo: Uma Discussão Sobre Sua Formação E Atuação” de Kochhann (2015). Esses textos contribuíram para a reflexão curricular e da identidade do pedagogo.

A partir deste olhar foi possível compreender o eixo de suas fragilidades, que estão relacionadas a formação e a sua base legal. Ao analisar o PPP do curso de Pedagogia do ano de 2015 de São Luís de Montes Belos, conseguimos o identificar como um direcionador ao magistério, pois, prioriza o espaço escolar. Enquanto a base legal que se encontra nas Resoluções ao passar dos anos vem se limitando, a Resolução CNE/CP nº1 de 2006 deixa explícito em seus artigos o apreço com o processo formativo ao considerar todos os espaços educacionais, já Resolução CNE/CP nº2 de 2019 não contempla este mesmo ideal, devido a influência da BNCC – Base Nacional Comum Curricular limita o pedagogo ao espaço escolar.

Já o entrelace do acervo teórico com autores como Brandão (2007), Graciane (2014), Libâneo (2001) entre outros, permitiu o reconhecimento das potencialidades da Pedagogia Social que se encontram tocantes em sua diversidade ambiental e pluralidade funcional. A partir de todo acervo teórico adquirido foi possível realizar as seguintes palestras O Currículo, Formação e Atuação do Pedagogo, As Possibilidades de Atuação do Pedagogo Câmpus de São Luís de Montes Belos e no Câmpus de Minaçu, entre outras palestras e mediações.

Os estudos quanto as palestras resultaram em artigos que foram publicados como “Formação e atuação do pedagogo: contexto e apropriação do espaço escolar e não-escolar” no livro Educação: contextos e apropriações, participações em eventos como no CEPE de 2021 e na monografia intitulada “FORMAÇÃO E TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR: desafios e possibilidades da Pedagogia



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Social”. Os resultados da pesquisa também refletiram no Projeto de Extensão A Pedagogia e a Brinquedoteca: rompendo barreiras.

Considerações Finais

Em síntese a pesquisa conclui que as fragilidades se encontram na formação do pedagogo, pois, ainda persiste no meio acadêmico um reducionismo do pedagogo ao processo de escolarização. Enquanto as potencialidades se encontram no tocante ao trabalho, pois o pedagogo social tem uma ampla possibilidade de trabalho tanto em locais como presídios, conselhos, clínicas de reabilitações, orfanatos, Ongs, entre outros, quanto de funcionalidades, devido ao fato do pedagogo nestes âmbitos exercer as funções de professor, gestor, pesquisador, conselheiro e coordenador.

Esses estudos trazem a reflexão da importância de uma revisão curricular, que amplie a práxis pedagógica e não que a reduza ao paradigma de que o pedagogo é apenas professor de crianças pequenas, mas que trabalhe todas as faces da docência que atende o lado professor, gestor e pesquisador, assim ampliando a identidade pedagógica.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Iniciação Científica Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Universidade Estadual de Goiás e a Professora Doutora Andréa Kochhann pela atenção e suporte para a realização deste projeto.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20).

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 01, de 16 de maio, 2006**: institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia, licenciaturas. Diário Oficial da União (DOU). Brasília, DF: Poder Executivo, 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2019**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciaturas. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

KOCHHANN, Andréa. **A Identidade do Pedagogo: Uma Discussão Sobre Sua Formação E Atuação** / IV Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX) – “Educação e Linguagem: (re)significando o conhecimento”. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educ. rev. Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em . acesso em Out/2019.

PPC. **Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da UEG**. 2015. In:
<http://www.campusoeste.ueg.br/conteudo/9697#pedagogia>

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO LINGUÍSTICA E A CONSTRUÇÃO CULTURAL DE ESTUDANTES COM SURDEZ.

Jéssica Aparecida de L. Bessa ^{1*}, Marlene Barbosa de Freitas Reis² (PQ), Bruno R. Lopes (PG)³

Universidade Estadual de Goiás, UnU Inhumas.

Resumo: Trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa, que objetivou analisar quais desafios são postos na inclusão comunicacional de alunos surdos, articulando sua construção cultural e linguística aos processos educativos. A pesquisa teve como desdobramento empírico a aplicação de questionários semiestruturados aplicados junto a estudantes surdos, suas famílias e professores. Os resultados da pesquisa indicaram a necessidade de orientação ampla as famílias com filhos surdos e da formação em contexto para professores de Língua Portuguesa e Pedagogos.

Palavras-chave: Língua de Sinais; Surdez; Língua Portuguesa; Cultura Surda.

Introdução

A educação, em sua gênese, contempla metodologias e métodos voltados a todas as pessoas, inclusive com uma modalidade específica para atendimento de estudantes com deficiência, transtornos de aprendizado, neurodesenvolvimento ou superdotação, denominada como Educação Especial. A Educação Inclusiva possibilita que estudantes com deficiências, transtornos ou superdotação sejam incluídos em classes comuns, o que requer das equipes, envolvidas na educação, diversas estratégias para que o ensino se efetive de maneira significativa e sem prejuízos aos estudantes.

Dentre os estudantes público-alvo da Educação Especial estão as pessoas com surdez que, em grande parte dos casos possuem exclusivamente o impedimento

¹ (IC) Graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás, Bolsista de Iniciação Científica CNPq. jessica.bessa@aluno.ueg.br.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



sensorial auditivo; essa situação emerge no campo educacional como uma barreira de comunicação entre o professor ouvinte e o estudante surdo. A partir dos textos legais e normativos, que tratam sobre a educação de pessoas surdas, é garantido, entre outras coisas, o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de instrução e a presença do profissional intérprete de Libras.

Diante disto, este texto tem como objetivo a apresentação do movimento científico realizado na análise da aquisição linguística e construção cultural do estudante com surdez sob a égide da inclusão e da diversidade.

Material e Métodos

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se da abordagem qualitativa e como pressuposto metodológico a pesquisa básica de natureza qualitativa pela abrangência do fenômeno. A fim de refletir sobre aquisição linguística e construção cultural do estudante com surdez sob a égide da inclusão e da diversidade, a revisão bibliográfica de autores, como Chomsky (1978); Withcs e Zilio (2018) e documentos que tratam de assuntos relacionados à educação de pessoas com surdez, auxiliaram as reflexões e fundamentos do estudo.

Elegeu-se o uso de questionários semi-estruturados, como instrumento para coleta de dados, com questões abertas e fechadas, que foram aplicados aos participantes da pesquisa, seguindo o cronograma proposto no projeto inicial. Já a análise de dados foi feita, a partir do método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977). A autora sugere um percurso com três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

O estudo permitiu identificar que ainda há uma necessidade de investir mais na formação de professores, além de oportunidades para repensar temas e criar novas possibilidades para a educação de surdos, sobretudo quanto ao ambiente linguístico em que o estudante é inserido. Portanto, imprescindível discutir a importância da estruturação de um ambiente linguístico favorável ao aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua e da Libras como primeira língua. Withcs e Zilio (2018) apontam que para que isso seja palpável é necessário a construção de três aspectos.

O primeiro trata sobre a fertilidade desse ambiente e sobre as possibilidades de aquisição da primeira língua nesse lugar. O segundo aspecto está relacionado ao conhecimento da geografia desse ambiente, que seria o uso de uma linguagem não só proficiente em Libras mas sensível as singularidades linguísticas do estudante/filho. Por fim, o terceiro elemento corresponde a potência do *habitat*, que está relacionado ao nível de eficiência em que esse ambiente opera e isso está condicionado aos elementos anteriores (WITHCS & ZILIO, 2018).

Pode-se perceber que o ambiente linguístico em que os estudantes estão inseridos possui forte influência no desenvolvimento da primeira língua do estudante com surdez. Como apontado por Chomsky (1978), todos os seres humanos possuem a capacidade inata da linguagem, que opera no desenvolvimento linguístico. Nos casos dos participantes surdos, ficou evidente que existe uma singularidade, por serem surdos de primeira geração, o que inviabiliza que o ambiente familiar seja adequado à aquisição de uma língua que ocupe o campo visual, haja vista a condição de surdez desses participantes.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Nesse sentido, percebeu-se que por vezes, o contato do estudante surdo com outras pessoas, que estão na mesma condição linguística que ele, ocorre na escola inclusiva. Por isso, é imprescindível que o ambiente escolar promova por um lado, um ambiente significativo ao aprendizado do estudante surdo que, possua elementos visuais que colaborem com o desenvolvimento linguístico deste e, por outro lado, permita a interação entre estudantes surdos e ouvintes, onde as identidades serão reafirmadas.

Considerações Finais

A partir do movimento de pesquisa, que partiu do campo empírico com a coleta de dados em questionários semiestruturados, com estudantes surdos, seus familiares e professores foi possível observar que a Educação Inclusiva, voltada a educação de pessoas surdas, permanece em um impasse de ordem metodológica. Sabe-se que grande parte dos estudantes surdos são de família ouvinte, o que remete a possibilidade de que no ingresso escolar, esse estudante ainda não possua uma língua em comum. Ao mesmo tempo, a educação escolar tem o objetivo de ensinar Língua Portuguesa, na modalidade escrita a esse estudante, no entanto carece de estratégias para que isso se efetive de fato, pois enquanto direito já é garantido.

Isso ocorre por não haver políticas educacionais que considerassem os aspectos linguísticos das pessoas com surdez, operacionalizada no investimento na pesquisa e nos recursos humanos, de modo geral. Em específico, o desenvolvimento de material didático equivalente e na formação docente em contexto, seria um elemento que agregaria novas possibilidades a educação de surdos. Desse modo consideramos que, todo debate pedagógico converge nesse aspecto: a formação



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



docente; que deve estar articulada e sensível à realidade escolar, sobretudo, sensível à diversidade humana.

Agradecimentos

À UEG e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica PBIC/CNPq e à minha orientadora Marlene Barbosa de Freitas Reis, que têm me possibilitado a realização desse estudo.

Referências

CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe. Coleção Stvirm, 2ª ed. Coimbra, 1978.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (orgs.). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

STROBELL, K. História da Educação do Surdo. Coleção Letras LIBRAS. UFSC. Florianópolis, 2009.

STELLING, E. P. STELLING, L. F. P. TORRES, E. M. S. CASTRO, H. C. Pais ouvintes e filho surdo: dificuldades de interação e necessidade de orientação familiar. Espaço Aberto, n42. Rio de Janeiro, 2014.

WITCHES, Pedro Henrique; ZILIO, Virgínia Maria. Ambiente linguístico em educação de surdos. ReVEL, edição especial n. 15, 2018

ZILIO, Virgínia Maria; KRAEMER, Graciele Marjana. Ambiente Linguístico e Educação Inclusiva: desafios na educação de surdos. Textura, v.22 n. 49 p.64-81. Canoas, 2020.



Suscetibilidade ao consumo e influência dos pares nas decisões de consumo: estudo com pré-adolescentes

*Byanca Rodrigues Canuto de Sousa (IC)¹ byanca@aluno.ueg.br, ²Sônia Bessa (PQ)²

Av. Universitária, S/N - Nordeste, Formosa - GO, 73807-250

Resumo

Essa investigação com aporte na psicologia econômica tem como objetivo averiguar a suscetibilidade e a influência dos pares nos atos de consumo. Participaram 125 estudantes pré-adolescentes com idade entre 9 e 15 anos, de ambos os sexos, de escolas pública e particular de cidade goiana e de nível socioeconômico baixo e médio. Foi utilizada uma escala que permite medir a suscetibilidade do consumidor à influência interpessoal e assim averiguar sentimentos e atitudes dos pré-adolescentes mediante solicitações de consumo, sob o olhar dos pares e em como estes influenciam nas decisões de consumir ou não um produto. O Nível socioeconômico, a idade, o tipo de escola que frequentam e o sexo foram preditores de diferenças significativas. Estudantes de escolas particulares e de nível socioeconômico médio foram mais suscetíveis ao consumo que aqueles de NSE baixo e de escolas públicas. A necessidade de ser admirado pelos amigos, melhorar a imagem, ter reconhecimento e sucesso entre os pares, foi mais importante para os participantes do sexo masculino. Os estudantes mais novos são mais suscetíveis ao consumo entre pares. Nessa investigação as decisões de consumo, são motivadas por sentimentos e atitudes relacionados com o olhar dos pares em especial para os pré-adolescentes do sexo masculino de nível socioeconômico médio e de escolas particulares. Os resultados dessa investigação abrem discussão para a inserção da educação econômica e financeira na educação básica.

Palavras-chave: Consumo. Influência dos pares. Estilo. Econômicos

Introdução

Este artigo é um recorte do projeto em andamento “Desenvolvimento de conceitos econômicos em crianças, adolescentes e jovens e sua integração com os setores educativos: prática econômicas em relação ao dinheiro”, aprovado pelo Comitê Institucional de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Trata-se

¹ Bolsista de Iniciação Científica da UEG/CNPQ. Estudante de Pedagogia UEG-Formosa.

² Dra em Educação pela Unicamp. Docente do curso de Pedagogia da UEG-Formosa.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



de um estudo feito em rede com a Universidad de la Frontera em Temuco, no Chile, com o intuito de contribuir para a ampliação de pesquisas que contemplem os fenômenos econômicos e as implicações educacionais de estratégias de alfabetização econômica, assim como uma possível influência da escola básica e da universidade. O projeto é coordenado pela prof.a Dra. Sônia Bessa.

As crianças têm um papel fundamental para o consumo da sociedade, influenciando inclusive no poder de compra de suas famílias, o que as torna vulneráveis perante a mídia, já que elas não têm um concreto poder de decisão junto a sua família, se tornando um consumidor em potencial para o mercado.

Bessa (2019) alerta que a Internet é alvo da visão capitalista e mercadológica e foi inserida na lógica do consumo, colonizada por novas elites, espelhando as desigualdades e hierarquias do mundo. Essa autora faz menção a “cultura da mídia” para descrever os efeitos dos meios de comunicação de massa. e acrescenta que a cultura midiática domina todos os aspectos da sociedade, modificando a visão de cultura, cidadania, valores morais, escola, família, igreja, sexo, casamento, etc. Também surgiram novos modelos de identificação, estilo, moda e comportamento. Com o advento da cultura da mídia, os indivíduos são submetidos a um fluxo, sem precedentes, de imagens e sons, dentro de sua própria casa e em todos os lugares; novos mundos virtuais de entretenimento, informação, sexo e política estão reordenando percepções de espaço, de tempo e anulando distinções entre realidade e representação.

Para Sousa et al. (2017) crianças e adultos que são direcionados à valorização de posses e bens materiais abrindo espaço para o poder e a força da mídia induzir ao consumo pouco reflexivo.

Outro aspecto apontado por Bauman (2008) diz respeito a influência que a sociedade de consumo tem sobre as pessoas: a publicidade e a sociedade de consumo atuam dando uma falsa impressão de igualdade entre as pessoas, ao não



reconhecer idade, gênero, tampouco distinções de classe, dessa forma vai incitando pessoas menos favorecidas a gastar o pouco que possuem com consumo sem sentido em detrimento de suas exigências básicas sob o risco de não serem humilhadas ou ridicularizadas.

Consumir determinado produto tem se caracterizado como um ato de inclusão para a criança. “O uso de determinadas marcas traz a falsa ilusão de pertencimento a um determinado grupo” que, conseqüentemente, traz a sensação de exclusão, criando assim o ciclo de consumo constante (SCHMIDTY HORLLE; SCHMIDT, 2017, p.10). A relação das vivências das crianças é de suma importância para o amadurecimento, e a consciência em relação ao dinheiro. A criança em algum momento começa a reproduzir suas experiências, com o seu meio social de maior convívio, a escola, ao observar um colega que não possui objetos como o seu.

A influência do grupo é um fator especialmente relevante quando se trata da socialização de consumidores adolescentes ou jovens, (DECKER et al, 2006). Bauman (2008) faz menção à liquidez das relações humanas e a atribuição de objetos como sinônimos de bem estar emocional, sentimental e social, e o anseio da aprovação da imagem corporal, pelos estilos de consumo. Nesse afã não somente adolescentes, mas, “[...] homens e mulheres procuram grupos aos quais possam pertencer, num mundo onde tudo o mais está se movendo e mudando, onde nada mais é garantido” (BAUMAN 2008, p.192)

Um dos pontos de grande importância é a desigualdade social que influencia muito em como cada criança e adolescente veem a consumir o dinheiro, tornando-se essa uma questão identitária (MOURA et al, 2013). Em uma sociedade onde a desigualdade permeia, a frustração de não comprar um determinado objeto causa o sentimento de exclusão.

Como destaca Bessa e Saravali (2022) o consumo assumiu o papel de motor das sociedades, transformando as necessidades de subsistência em atos de



consumo, num ciclo constante de automanutenção. As pessoas conseguem desenvolver suas identidades, consumindo e sendo consumidas, com interferência em suas personalidades. A cultura do consumo não está afetando somente o meio ambiente e os recursos do planeta, mas a constituição das subjetividades contemporâneas, isto é, a construção da identidade dos sujeitos integrados ao atual bojo social.

Nesse sentido esse estudo propõe-se a averiguar a suscetibilidade e a influência nas intenções de consumo entre pré-adolescentes; segundo o nível socioeconômico, gênero, idade e tipo de escola que frequentam.

Material e Métodos

Essa investigação com aporte na psicologia econômica é um estudo de natureza descritiva comparativa, com um desenho multivariado quantitativo. Participaram 125 estudantes pré-adolescentes com idade entre 9 e 15 anos, de ambos os sexos, de escolas pública e particular de cidade goiana. O nível socioeconômico foi classificado pelo tipo de escola frequentada: escola pública nível socioeconômico baixo e escola particular nível sócio econômico médio, participaram 65 e 60 estudantes respectivamente. A idade dos estudantes variou entre 9 e 15 anos, 19,2% têm 9 anos, 32% 10 anos, 17,6% 11 anos, 13,6% 14 anos e 17,6% com 15 anos. O gênero, ano escolar cursado e tipo de escola que frequentam pode ser visualizado na tabela 1. 40 do sexo masculino e 85 do sexo feminino. 30 estão no 4º ano, 55 no 5º ano, 17 no 7º ano e 23 no 8º ano.

Foram utilizados uma escala tipo Likert adaptada por Bustos; Denegri e Venezuela (2019) a partir de escala anterior de Bearden, Netemeyer e Tell (1989). A escala foi adaptada e contextualizada a partir dos estudos anteriores, para se ajustar ao contexto brasileiro. São propostas 6 questões em que os estudantes marcavam a alternativa que lhes parecia mais correta, com seis pontos variando de 1 = discordo



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



totalmente; 2 = discordo; 3 = discordo pouco; 4 = concordo pouco; 5 = concordo e 6 = concordo totalmente. Com um ponto médio de 3,5. (BUSTOS, DENEGRI E VALENZUELA 2019). A escala permite medir a suscetibilidade do consumidor à influência interpessoal e assim averiguar sentimentos e atitudes dos pré-adolescentes mediante solicitações de consumo, sob o olhar dos pares e em como estes influenciam nas decisões de consumir ou não um produto.

Conforme esclarece Bearden; Netemeyer; Tell (1989) suscetibilidade do consumidor à influência interpessoal pode ser vista como um traço geral que varia entre os indivíduos e está relacionado a outros traços e características individuais. Seria a necessidade que o indivíduo tem de se identificar ou melhorar a imagem na opinião de outras pessoas importantes ao adquirir produtos e marcas e o forte desejo de se conformar com as expectativas dos outros em relação às suas decisões de compra.

Foi feito um contato formal com os gestores das escolas solicitando o consentimento para realizar a investigação, considerando as implicações éticas de trabalhar com crianças, um termo de consentimento livre e esclarecido foi apresentado aos pais ou responsáveis das crianças e um termo de assentimento para eles. Deve-se considerar que o projeto, do qual esta pesquisa faz parte, foi analisado e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Goiás. As crianças do quarto ao oitavo anos das duas escolas (pública e particular) foram contatados e explicitados os objetivos da pesquisa aos alunos, indicando os critérios de sigilo e voluntariedade. Aqueles que aceitaram participar foram solicitados a assinar o termo de assentimento e explicado detalhadamente as características da pesquisa. A escala foi aplicada nas salas de aula em dia e horário acordado com os professores entre os meses de agosto e setembro de 2021. Para determinar a pontuação total das variáveis dos itens da escala foram utilizadas medidas de centro, dispersão e forma. Para determinar se havia diferenças significativas entre as variáveis, os testes t de



Student e ANOVA foram realizados conforme apropriado.

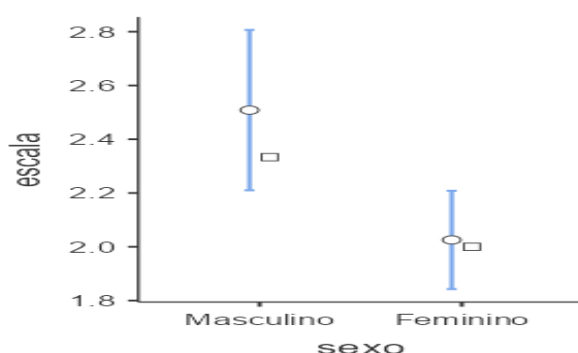
Resultados e Discussão

A escala de suscetibilidade ao consumo entre pares das variáveis alcançou entre os participantes uma média de 2,18 e desvio padrão de ,918.

A fim de verificar a normalidade dos dados, foi aplicada o teste Shapiro wilk e o teste de Levene para verificar a homogeneidade. Como constatou-se a homogeneidade dos dados foi utilizado o teste t Student para amostras independentes que mostrou que existem diferenças significativas entre o sexo masculino e feminino ($t= 2,818$, $p=0,006$). A média do sexo masculino foi de 2,51 (DP=0,69) e do sexo feminino foi de 2,03 (DP, 0,86). A necessidade de ser admirado pelos amigos, melhorar a imagem, ter reconhecimento e sucesso entre os pares, foi mais importante para os participantes do sexo masculino em relação aos do sexo feminino. No gráfico 1 de barra do erro, representa diferenças amostrais significativas com 95% de confiança.

Ainda na infância a influência entre pares começa a se manifestar e aumenta na medida que os adolescentes buscam validação, companheirismo e apoio entre si. (LEFF 2004). Investigação realizada por Santos e Murta (2016) identificou a influência dos pares.

Gráfico 1 – Suscetibilidade ao consumo quanto ao gênero





A tabela 1 apresenta as médias quanto ao gênero e em toda a escala verifica-se que a média masculina é superior a média feminina, ou seja, os homens são mais suscetíveis ao consumo entre pares que as mulheres. Contudo só foi verificada significância nos itens 2, 4, 5, e 6, para os homens é significativa a necessidade de comprar para ser admirado, ter mais amigos, melhorar a imagem e ser reconhecido como uma pessoa de sucesso.

Tabela 1 - Análise Descritiva e Comparação dos Escores quanto ao gênero

	sexo	N	Média	Desvio Padrão	Índice de significância
1. É importante que meus amigos gostem dos produtos e marcas que compro.	M	40	2,28	1,536	
	F	85	1,88	1,507	
2. Quando admiro alguém, muitas vezes, tento comprar os mesmos produtos ou marcas que a pessoa compra.	M	40	2,65	1,252	P<0,05
	F	85	1,91	1,385	
3 Adoraria poder comprar produtos e marcas que meus amigos aprovam	M	40	2,38	1,514	
	F	85	2,61	1,670	
4 Para manter uma boa relação com meus amigos, muitas vezes, compro os mesmos produtos ou marcas que eles	M	40	2,10	1,355	P<0,001
	F	85	1,38	,845	
5 Sinto que a compra ou o uso de uma marca em particular, melhorará a minha imagem	M	40	3,05	1,739	P<0,05
	F	85	2,40	1,612	
6 compro pra ter sucesso e ser reconhecido.	M	40	2,60	1,646	P<0,05
	F	85	1,98	1,496	

Fonte: dados organizados pelas autoras.

O tipo de escola que os participantes frequentam mostrou-se preditor da suscetibilidade ao consumo dos estudantes ($t = 3,061$; $p < 0,003$). A média da escola pública foi de 1,95 (DP = 0,91) e da escola particular foi de 2,43 (DP = 0,86). Em todas as variáveis a média dos estudantes da escola particular foram maiores que da escola pública, mas os itens aprovação, sucesso e imagem positiva diante dos amigos parece ser uma necessidade maior dos estudantes de escolas particulares com $p < 0,05$.

As médias quanto a escola pública e particular tiveram algumas diferenças que



chamaram a atenção. Os itens 3, 5 e 6 tiveram diferença significativa. O item 3 (Adoraria poder comprar produtos e marcas que meus amigos aprovam) a média da escola pública foi de 2,11 e da escola particular de 3,00 e $p=0,001$ indicando que a necessidade de comprar para ser aprovado pelos amigos é mais intensa para os estudantes das escolas particulares. No item 5 (Sinto que a compra ou o uso de uma marca em particular, melhorará a minha imagem) a média da escola pública foi de 2,28 e da escola particular de 2,97, $p=0,005$ novamente os estudantes da escola particular tem sensibilidade maior a manter uma boa imagem entre os pares. O sexto item (compro pra ter sucesso e ser reconhecido) a média da escola pública foi de 1,75, e da escola particular de 2,63 e $p=0,001$, indicando que a necessidade de reconhecimento e sucesso é mais acentuada entre os estudantes de escolas particulares. Como os estudantes da escola particular foram classificados como pertencentes ao NSE médio, conclui-se que estes são mais suscetíveis ao consumo que aqueles de escolas públicas. A necessidade de ser admirado, ter sucesso, uma boa imagem entre os pares e um bom relacionamento foi sensivelmente predominante entre estudantes de NSE médio.

A fim de verificar se a idade teve efeito sobre a suscetibilidade ao consumo entre pares foi feito a análise de variância ANOVA one way e constatado que houve diferença significativa ($F(2,120) = 2,965$; $p=0,022$) $\eta^2p=0,090$. Foi feito o post hoc de tukey a fim de verificar em qual idade existia significância e só foi encontrada diferença significativa $p=0,024$ de estudantes de 10 e 14 anos.

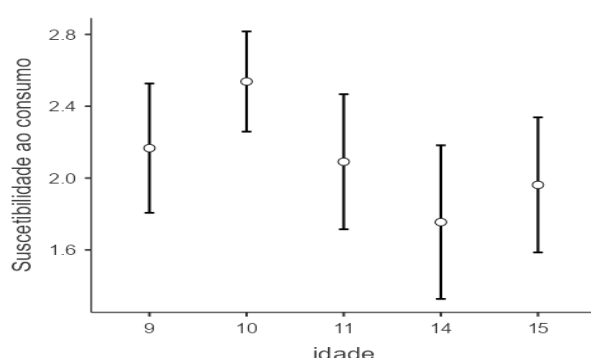
No gráfico 3 verifica-se que os estudantes mais novos são mais suscetíveis ao consumo e suscetibilidade maior quanto ao consumo entre pares.

Nunes (2007) explica a existência de um comportamento comum entre todas as faixas etárias, mas especialmente, num período intermediário, em que o indivíduo não está nem na adolescência e nem na fase adulta, esses pré-adolescentes referem-se ao ato de comprar bens de consumo como algo intrínseco do ser humano na



sociedade.

Gráfico 2- Suscetibilidade ao consumo quanto ao tipo de escola



Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras.

Para Santos e Fernandes (2010) adolescentes mais materialistas têm um maior contato e internalizam mais facilmente as influências dos pares. Não somente o materialismo mais outros elementos podem influenciar diretamente as relações de consumo, resultados de pesquisa realizada por Medeiros et al, (2015) com 153 adolescentes, demonstraram que fatores como estresse, materialismo e prazer em comprar influenciam o comportamento de compra compulsiva dos adolescentes.

Agradecimentos

Ao CNPQ e a UEG pela bolsa de iniciação científica, a profa. Dra. Sônia Bessa pela Orientação e ao povo brasileiro por financiar essa investigação com os seus impostos.

Referências

BAUMAN, Z. **Vida para consume**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008

BEARDEN, W; NETEMEYER, R; TEEL, J. Measurement of Consumer Susceptibility to Interpersonal Influence. *Journal of Consumer Research*, 15 (March), 473-481. 1989.

BESSA, S. Família, mídia, consumo e dinheiro. In:Org (BESSA S,FERMIANO, M.B.)



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Educação Econômica e para o Consumo. Curitiba: Appris, 2019.

BESSA, S.; SARAVALI, E. G. Compreensão do mundo econômico por estudantes do ensino médio. Cadernos **Zigmunt Bauman**. Vol. 12, num. 28, 2022.

BUSTOS, S.B. DENEGRÍ, M. VENEZUELA, P. S. Consumo, actitudes hacia el endeudamiento, materialismo e influência de pares en adolescentes rurales del sur de Chile. **Interdisciplinaria** - Centro Interamericano de Investigaciones Psicológicas y Ciencias Afines vol. 36, núm. 1, 2019.

DECKER, S.; MA, Z; FABER, A.; LI-LU; DUBE, L. Childhood Socialization Effects on Adult Ability to Control Impulse, **Advances in Consumer Research**, v.33, p.296-298, 2006.

LEFF, S. Gaining a better understanding of peer group contributions to dating aggression: implications for prevention and intervention programming: comment on Kinsfogel and Grych. **Journal of Family Psychology**, 18(3), 516-518. 2004.

MEDEIROS Medeiros, I. S. F. N. Diniz, F. J. da Costa, R. de C. F. Pereira. Influência de Estresse, Materialismo e Autoestima na Compra Compulsiva de Adolescentes. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, 2ª Edição Especial, art. 2, pp. 137-156, Agosto 2015.

NUNES, B. F. Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. v. 22, a. 3, Brasília: **Sociedade e Estado**, set/dez, 2007.

MOURA, T. VIANA, F. LOYOLA, V. Análise de Concepções Sobre a Criança e a Inserção da Infância no Consumismo. **Psicologia Ciência e Profissão** 33, no. 2 p. 474-489. 2013

SANTOS, C. P., FERNANDES, D. V. D. H. A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **Revista de Administração Mackenzie**, 12, 169-203. 2010.

SANTOS, K. B; MURTA, S. G. Influência dos Pares e Educação por Pares na Prevenção à Violência no Namoro. **Psicologia: Ciência e Profissão** Out/Dez. 2016 v. 36 nº4, 787-800.

SCHMITZ HORLLE, A.; SCHMIDT, S. P. Criança, identidade e consumo: um estudo sobre as lições da publicidade infantil. **Rizoma**, v. 5, n. 1, p. 165-177, 5 jul. 2017.

SOUZA, R. G. *et al.* **Consumo Infantil**: A Influência da Mídia no Desejo de Compra das Crianças. XIV Simpósio em Excelência em Gestão e Tecnologia, 2017.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



UM MAUSOLÉU NO CERRADO: O TÚMULO DE SANTA DICA EM LAGOLÂNDIA

Larissa Gonçalves Cotrim, estudante (IC), larissacotrim8@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás Nelson Abreu.

Este artigo busca realizar uma análise historiográfica do túmulo de Santa Dica em Lagolândia (GO), classificando-o como um mausoléu. A metodologia consistiu na leitura de obras sobre Santa Dica esmiuçando sua participação na História de Goiás, sob sua influência e papel feminino, político e religioso, para bem entender toda a sua trajetória e o fato de ter seu túmulo em praça pública, contando com estudos teóricos sobre monumento, morte e memória, além de visita ao local, incluindo sua casa e túmulo que se localiza na praça principal da cidade de Lagolândia, 162km da capital do estado Goiânia, para a coleta de informações e imagens, além da visita de alguns monumentos que foram construídos em sua homenagem como uma escola e praças incluindo um bar na cidade de Pirenópolis, afirmando todos esses fatos com imagens ao longo do texto. A pesquisa contribuiu para reafirmar o peso desta importante personagem da história de Goiás.

Palavras-chave: Santa Dica. Monumento. Mausoléu. Morte.

Introdução

Comumente, diversos monumentos existentes no cenário urbano passam despercebidos ao olhar da maioria das pessoas já que há uma grande quantidade deles em praças, parques, ruas e outros logradouros públicos. Mas num pequeno lugarejo de Goiás, há um monumento bem inusitado: um mausoléu numa praça do Distrito de Lagolândia, pertencente ao município de Pirenópolis, onde se encontra o corpo de Benedita Cipriano Gomes, mais conhecida como Santa Dica.

Mausoléus em praças públicas são raros e fascinantes. A prática de construir



monumentos fúnebres fora do cemitério parece ter surgido da bonita história de paixão e poder, na qual a princesa Artemísia resolveu construir uma tumba gigantesca em Halicarnasso para homenagear o seu marido, Mausolo, um sátrapa do Império Persa. A exuberância do Mausoléu de Halicarnasso fez com que se tornasse uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. A partir daí a prática se disseminou e muitos homens poderosos foram homenageados com imponentes mausoléus. Até mesmo os comunistas soviéticos, em teoria, bastante reticentes em louvar os grandes homens, construíram um Mausoléu de Lênin, na Praça Vermelha em Moscou.

No Brasil, não existem muitos mausoléus fora dos muros dos cemitérios. Dentre os mais conhecidos, destaca-se o Mausoléu Imperial, localizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, inaugurado por Getúlio Vargas em 1939, para abrigar os restos mortais de Pedro II e de outros integrantes da família real. É também muito representativo simbolicamente para a cultura brasileira, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, inaugurado em 1959, localizado no Parque Eduardo Gomes, no Rio de Janeiro, para servir como túmulo aos 462 soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial.

Evidentemente, o túmulo de Santa Dica em Lagolândia não se equipara aos monumentos citados em monumentalidade. Na verdade, nem é reconhecido na memória coletiva goiana como um mausoléu. De acordo com o pesquisador Éder Honesto (2020, p. 110)

Dica pediu para ser sepultada de baixo de uma grande gameleira, situada na frente de sua casa, mais precisamente do outro lado da rua. Essa gameleira é emblemática pois, era sob suas sombras que eram realizadas algumas reuniões na época do reduto.

Não deixa de ser inusitado e surpreendente esse sepultamento fora do cemitério, ocorrido em novembro de 1970. Principalmente porque vai contra a tendência moderna de retirar os mortos do espaço de convívio do mundo dos vivos, muito bem documentada por Philippe Ariés. Ele relata que a, partir de 1870, o ato de enterrar cadáveres em praças públicas ou igrejas passa a ser intolerável, já que a ciência descobre os malefícios dessa tradição sagrada que acreditava que o melhor lugar para se descansar pela eternidade era perto dos santos. Além do mais, uma nova sensibilidade passou a considerar cada vez mais inapropriado o convívio íntimo entre mortos e vivos. Assim

Por um lado, a saúde pública estava comprometida pelas emanções pestilentas, pelos odores infectos provenientes das fossas. Por outro, o chão das igrejas, a terra saturada de cadáveres dos cemitérios, a exibição dos ossários violavam permanentemente



a dignidade dos mortos. (ARIÉS, 2012, p. 77).

Isso explica a emergência de novas práticas que, em nome da saúde pública, vão regulamentar os sepultamentos, agora exclusivamente em cemitérios, de preferência aqueles construídos nas periferias das cidades. O preceito vigente, desde então, é que “os mortos não mais deviam envenenar os vivos” e os vivos deveriam “testemunhar aos mortos” (ARIÉS, 2012, 38) por meio de lápides cemiteriais.

Portanto, o mausoléu de Benedita Cipriano Gomes é duplamente interessante do ponto de vista investigativo. Primeiramente porque vai contra toda a regulamentação sanitária vigente e coloca um corpo morto na proximidade da convivência dos vivos. Em segundo porque não se trata de alguém com poder político e econômico. Só analisando, então, aspectos da sua biografia para perceber os motivos de tamanha deferência lhe concedida *post mortem*.

Resultados e Discussão

Nascida em 1903, na fazenda de sua família nomeada como Mozondó (onde se situa atualmente o distrito de Lagolândia), sendo a filha mais velha de 8 irmãos, Benedita Cipriano Gomes ficou conhecida na vizinhança por supostamente ter ressuscitado, quando tinha 15 anos de idade. Em consequência, sua fama se espalhou dando início a um movimento messiânico que marcaria a sociedade goiana na década de 1920.

Benedita passa a ser seguida pelos camponeses, sendo considerada uma líder religiosa de um culto com simbologia diversa do culto católico ortodoxo. Ela “dizia conferenciar com anjos, através dos quais curava, profetizava, abençoava, batizava, crismava e até mesmo casava as pessoas que a seguia.” (GOMES FILHO, 2012 p. 62).



Suas crenças eram híbridas, mesclando o catolicismo e o espiritismo, sendo que, graças a influência de Alfredo dos Santos, passou a invocar espíritos para auxiliar em suas curas.

Assim, ela, mais do que uma simples curandeira, era uma verdadeira taumaturga, responsável por criar, entre os anos de 1923 e 1925, uma comunidade religiosa às margens do Rio do Peixe, denominada de Lagoa.

Antes dos milagres de Santa Dica, Lagoa não contava com doze moradias, já no ano de 1925, provavelmente, havia mais de quinhentas pessoas morando no lugar, sem contar os romeiros cujo número chegou a 60 mil em dois anos. (OLIVEIRA, 2012, P. 46)



Fig. 1. *Rio do Peixe ou Rio Jordão*. Foto: Larissa Cotrim, 2022.

Com toda essa fama, Santa Dica passa a incomodar a Igreja Católica em Goiás, principalmente a Ordem do Santíssimo Redentor, que, desde 1894, controlava a famosa Romaria de Trindade. Por meio do jornal Santuário da Trindade, os religiosos redentoristas criticavam as práticas de Dica e exigia intervenção militar. Nesse jornal

Santa Dica é a apresentada como uma mulher que fala bobagens-baboseiras, dá conselhos tolos, diz asneiras. Ao mesmo tempo, é impostora, embusteira, trapaceira, o que requereria um mínimo de astúcia pois, é a partir dessa prática que o “povo ignorante se deixa prender” por ela. É também histérica e visionária. Os adjetivos utilizados na construção dessa imagem podem parecer, à primeira vista, contraditórios, entretanto, observamos que todos irão associar-



se e convergir para a criação da imagem padrão da mulher transgressora, que põe em prática uma loucura que lhe seria imanente. (BRITO, 1992, p.56).

Para Éder Honesto (2020, p.131), “o principal embate entre redentoristas e Dica era o medo da demiurga enfraquecer a romaria de Trindade”. Contudo, além da concorrência religiosa, o movimento passou a incomodar os proprietários de terras e os governantes.

Uma presença é constante em todas as citações: a ameaça que representa, para a Ordem Pública, a existência de centenas de homens fanatizados por santa Dica, prontos a cometer crimes e assassinatos se assim ela desejasse. (BRITO, 1992, p.251).

Apesar das desconfianças, em 1925, a “Santa” e seus seguidores são convocados para integrar uma força militar para fazer frente aos revoltosos da Coluna Prestes que estavam passando por Goiás. Ela atende o pedido, levando um batalhão de mais de 400 homens para a cidade de Goiás. Alguns historiadores defendem que

O fato de santa Dica lutar ao lado de forças que a oprimiam pode ser compreendido como uma tentativa de quebrar a oposição frente a essas forças, o que significaria esvaziar o discurso de seus opositores. (BRITO, 1992, p.110).

Contudo, não foi bem sucedida a estratégia de colaborar com o Governo de Goiás. Na opinião de Oliveira (2012, p. 47), “parece que, de repente, o Governo percebeu que o ‘messianismo’ era tão ou até mais perigoso para a República do que a Coluna Prestes”. As armas e os cavalos dos seus seguidores foram apreendidas e eles foram obrigados a retornar para reduto.

Meses depois, a Polícia de Goiás aceita a denúncia contra Santa Dica e envia uma tropa para prendê-la.

Segundo os autos do processo, Dica e seus comandados se articularam para golpear a sociedade, implantando uma nova forma de vida em comunidade. É esse pensamento que o discurso jurídico tenta mostrar: um complô contra os bons costumes e a harmonia social. Esse complô só pode ser combatido com a aplicabilidade da força, destruindo aqueles que conspiram. (HONESTO, 2020, p. 55).



A ordem de prisão era clara e foi determinado que qualquer resistência fosse repreendida com balas. Na versão da polícia, um dos seguidores de Dica disparou contra os policiais que, então, revidaram, o que resultou num intenso tiroteio que entrou para a história como “O Dia do Fogo”. O saldo foi de 11 mortos e 5 feridos gravemente (VASCONCELLOS, 1991, p. 106). Santa Dica consegue fugir, mas posteriormente ela se entrega a polícia na Cidade de Goiás.

Acusada de charlatanismo e exercício ilegal da medicina, Dica é condenada a um ano e dois meses de prisão. Mas ela fica apenas nove meses na cadeia, já que sua pena foi revogada pelo Tribunal Superior de Justiça.

Depois de libertada, Dica, com o apoio da Federação Espírita, vai ao Rio de Janeiro, onde é tratada como uma espécie de celebridade. A dissertação de mestrado “Do Exílio à Símbolo Cultural: a construção do ícone “Santa Dica” em Goiás” aborda esse período de sua vida e mostra como essa visibilidade foi importante para que ela se tornasse uma personagem icônica da história brasileira.

Se antes Santa Dica era reconhecida entre os simples camponeses de Goiás, no Rio de Janeiro e São Paulo, ela entrou em contato com gente poderosa e importante. Casou-se com Mário Mendes, um jornalista famoso, e após o seu retorno ao Goiás, tornou-se uma liderança política em Pirenópolis, inclusive, sendo fundamental na eleição do seu esposo a prefeito da cidade de Pirenópolis. Em 1932, a pedido do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, um contingente de voluntários para lutar na Revolução Constitucionalista de 1932, demonstrando o seu prestígio.

É nesse contexto de prestígio e reconhecimento que é retratada numa gravura por Tarsila de Amaral.

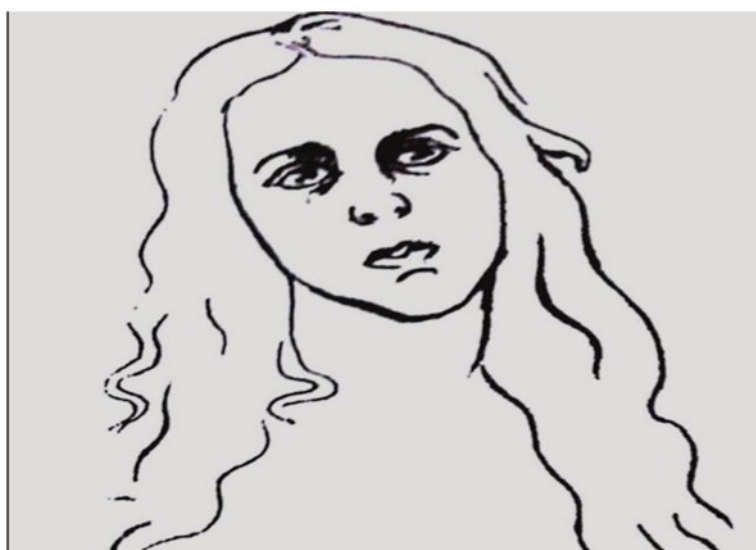


Fig. 2 – *Gravura de Tarsila de Amaral de Santa Dica (1939)*

Contudo, gradativamente, a visibilidade de Santa Dica foi diminuindo à medida que se aproximava da velhice. Apesar de ser reconhecida por políticos famosos, como Mauro Borges Teixeira e Juscelino Kubitschek, Benedita Cipriana viveu seus últimos dias modestamente. Faleceu em 9 de novembro em 1970, em Goiânia e foi enterrada no povoado de Lagolândia, onde nasceu e viveu grande parte da sua vida.

Só no final início da década de 1980, a sua biografia torna-se de interesse para acadêmicos e produtores culturais. Em 1989, Carlos Del Pino, com o apoio logístico da Universidade de Brasília, lança o documentário *Santa Dica do Sertão*. Nesse mesmo ano, o escritor José Moura publicou *Sete Léguas do Paraíso*, romaneando a sua vida.

Em 1991, o sociólogo Lauro de Vasconcelos publica o livro *“Santa Dica: Encantamento do Mundo ou Coisa do Povo”*. Na esteira desses três trabalhos, apareceram várias dissertações, livros, documentários, contribuindo para que a figura de Santa Dica se tornasse relevante para a história nacional.

É nessa perspectiva que esse trabalho pretende analisar o Mausoleu de Santa Dica em Lagolândia, um artefato pouco estudado, mas que apresenta muitas possibilidades

analíticas para a melhor compreensão da repercussão desta personagem. Ela é bem conhecida entre os acadêmicos, mas, fora do ambiente de Pirenópolis, onde até se tornou uma marca de cerveja é pouco conhecida do restante da população goiana.



Fig. 3 – Cerveja Santa Dica. Foto: Larissa Cotrim, 2002



Fig. 4 – Cervejaria Santa Dica em Pirenópolis. Foto: Larissa Cotrim, 2022.

O túmulo de Santa Dica

Mesmo após 50 anos de sua morte de Santa Dica, o distrito de Lagolândia, com apenas algumas centenas de habitantes, ainda gravita em torno de sua personalidade, sendo homenageada como um nome de uma escola e com busto em praça pública.



Fig. 5 - Escola Estadual Benedita Cipriano Gomes. Foto Larissa Contrim 2022.



Fig. 6 – Placa inaugural da Praça Benedita Cipriana Gomes. Foto: Larissa Contrim



Fig. 7 – Busto de Benedita Cipriana Gomes. Foto: Larissa Contrim

De todas essas homenagens públicas, a maior delas é o mausoléu, numa das praças do distrito, onde estão seus restos mortais. Para o visitante desavisado, que tem em mente as representações clássicas sobre mausoléus, o túmulo pode ser considerado pouco atrativo em termos monumentais.



Fig. 8 – Túmulo de Santa Dica em Lagolândia. Foto: Larissa Contrim, 2022.



Fig. 9 – Túmulo de Santa Dica em Lagolândia. Foto: Larissa Contrim, 2022.

Contudo, o túmulo de Santa Dica tem todas as características de um monumento, elencadas por Françoise Choay (2006), já que possui visibilidade pública, destina-se a memorizar a vida de alguém e possui relevância cultural para uma determinada comunidade.

Nem todos os monumentos são apreciados pelo seu valor estético. As ruínas históricas - Parthenon, Coliseu, Pompeia - , apesar de possuírem uma beleza romântica, são mais valorizadas pelo seu valor cultural do que pelos seus atributos estéticos.

Portanto, este singelo monumento é de grande importância historiográfica e cultural, já que é talvez o único túmulo localizado individual fora de igreja localizado em praça pública em Goiás.

Seu túmulo está localizado na antiga praça de Lagolândia, nomeada atualmente como “Praça Benedita Cipriano Gomes”, construída em 1988, frente a casa de Santa Dica. Ele foi construído embaixo de uma gameleira, sendo seu acesso cercado de correntes presas a uma mureta, com um pequeno portão para entrada. Seu jazigo possui uma estética rústica de pedras de seixos, cruzes de estacas, com plantas de várias espécies



nascidas ali e uma foto impressa em porcelana com datas de nascimento e de óbito. O arredor de seu túmulo é feito por pedras de quartzitos (também conhecidas como pedras de Pirenópolis), sendo que algumas já foram arrancadas, o que dá uma sensação de abandono.

A praça em que está localizada o mausoléu está bem descuidada, ao contrário da nova praça, bem arborizada, na qual se homenageou dica com o nome e com um busto.



Fig. 10 e 11 – Praça Benedita Cipriano Gomes, onde se localiza o busto em homenagem a “Santa”. Foto: Larissa Contrim.

Todos esses artefatos são “lugares de memória”. A memória é algo interior e subjetivo, mas, como afirmou Pierre Norá (1993, p. 14), “ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas”. Indubitavelmente, o mausoléu em praça pública é uma justa homenagem à memória de uma das personalidades mais fascinantes da história de Goiás.



Considerações Finais

Enfim, esta pesquisa abordou as dimensões da história, memória e cultura, tendo como mote o mausoléu de Benedita Cipriano, localizado em Lagolândia. Muito se falou dos feitos de Santa Dica, mas pouco se falou da sua memória, especificamente sobre o seu inusitado túmulo.

Esta pesquisa foi apresentada no I Congresso Internacional e II Encontro do Grupo de Pesquisa Sacralidades Medievais, realizado em Goiânia, entre os dias 5 e 6 de setembro de 2022.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa e ao professor Eliézer C. de Oliveira, pela orientação.

Referências

ARIÈS, Philippe. História da Morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2006.

em Goiás. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado),



Anápolis, UEG, 2020.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues, O Movimento Messiânico de “Santa Dica” e a Ordem Redentorista em Goiás (1923-1925), Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

HONESTO, Éder. Do Exílio à símbolo cultural: a construção do ícone “Santa Dica”

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

VASCONCELOS, L. de. Santa Dica: Encantamento do Mundo ou Coisa do Povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.